



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS-DCHT CAMPUS XVII
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: publicações
no Brasil no período de 2019 a 2024**

Carina Alves Santana

Bom Jesus da Lapa-BA
2025

Carina Alves Santana

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE PEDAGOGIA: publicações
no Brasil no período de 2019 a 2024**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de Grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHT *Campus XVII*.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a. Maria Célia Santana Aguiar

Bom Jesus da Lapa-BA
2025

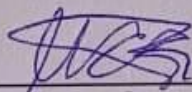
CARINA ALVES SANTANA

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NOS CURSOS DE PEDAGOGIA:
PUBLICAÇÕES NO BRASIL NO PERÍODO DE 2019 A 2024**

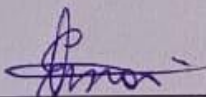
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Aprovada em: 29 de setembro de 2025.

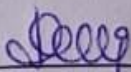
Banca Avaliadora:



Prof.ª Dr.ª Maria Célia Santana Aguiar – Orientadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutora em Educação pela UFRJ



Prof.ª Dra. Edna Souza Moreira – Coordenadora de TCC
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG



Prof.ª Me. Deysiene Cruz Silva – Avaliadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB

SANTANA, Carina, 2025.

Ambientalização Curricular nos cursos de Pedagogia:
publicações no Brasil no período de 2019 a 2024/Carina
Alves Santana, 2025.
[103] p.

Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da
Bahia, Bom Jesus da Lapa-BA, 2025.

Orientação: Prof.^a Dr.^a. Maria Célia Santana Aguiar

Primeiramente à DEUS, que me deu forças, sabedoria e incentivo ao longo de todo esse processo. Foram momentos desafiadores que serviram de aprendizado, mas o interesse em dar continuidade às pesquisas nesse sentido instigaram a permanência. Faço grande empenho também, a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram com essa jornada, mais especificamente minha mãe Vilma Rosa Alves, pai Wender Borges Santana, irmãs Narla Alves Santana, Maria Lis Borges Santana, e avó Maria Rosa Alves.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dirigir os meus mais sinceros agradecimentos à DEUS, graças aos seus cuidados, amor e compaixão comigo, tive a possibilidade de investir, persistir e terminar esta monografia. Foram momentos de altos e baixos, o enfrentamento de questões pessoais quase me levou a desistência definitiva, mas o mínimo de força que ainda existia proporcionou continuar e adquirir esta conquista.

Por conseguinte, ofereço imensa gratidão aos meus pais Wender Borges Santana e Vilma Rosa Alves, irmãs Narla Alves Santana e Maria Lis Borges Santana, avós Maria Rosa e Maria Borges, avô Benedito Santana, pela parceria, apoio, e por incentivarem a minha permanência na Universidade, e importância de dar continuidade em novas etapas acadêmicas, e sobretudo pelos laços de afetividade.

Agradeço também a orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Célia Santana Aguiar pela parceria, conselhos, carinho e contribuições de suas experiências relacionadas com a área analisada. Prestando auxílio na construção do trabalho, como também me prestigiou com sua amizade oferecendo apoio, incentivo, e palavras de ânimo.

Bem como, é gratificante também citar a Prof.^a Dr.^a Edna Moreira Souza pela condução de aulas riquíssimas em aprendizados do componente curricular “*Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II*”, pela oportunidade de vivenciar essas experiências em torno da pesquisa de natureza documental, onde tive a oportunidade de trazer reflexões relevantes em relação a instrumentalização da Ambientalização Curricular no ensino Superior, mais especificamente no curso de Pedagogia.

As minhas retribuições se estendem a Prof.^a Me. Deysiene Cruz Silva, que chegou no departamento recentemente, mas que conquistou imenso espaço e consideração de todos. Uma pessoa carismática, com uma bagagem de conhecimentos e experiências ao longo de sua trajetória, e que tem nos prestigiado experienciar parte disso.

Reconheço e apreço a banca do Trabalho de Conclusão de Curso, composta pelas docentes: Dr.^a Edna de Souza Moreira, Me. Deysiene Cruz Silva, Dr.^a Maria Célia Santana Aguiar. Visto que, sua presença desempenha um papel crucial na avaliação, validade, e na troca de argumentos e reflexões construtivas em relação a esta produção.

Não poderia deixar de mencionar, os meus colegas da turma 2020.1, especialmente, Daniela, Edivania e Leidimar, parceiras de trabalhos e vivências acadêmicas, cada uma com

seus desafios para permanecer na universidade. Sou lisonjeada pelos laços de afetividade que construímos durante essa trajetória e que irá se estender por toda a vida.

É pertinente também compensar, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB/DCHT *Campus XVII* pelo ensino público e de qualidade, pelo incentivo à produção científica, extensão universitária, pelos docentes do colegiado de Pedagogia, em específico, Elvina Perpétua, Isaura Francisco, Luís Geraldo, Maria Ercília e Susane Martins, de alguma forma contribuíram com conhecimentos, carinho, apoio ao longo dessa jornada.

Contudo, sou grata por poder não somente passar pela Universidade, mas vivenciar momentos que marcaram a minha vida não somente acadêmica, ou para um futuro profissional, mas sim em questões pessoais, contribuindo para a minha formação enquanto sujeito crítico, reflexivo e mais humanitário. Nesta perspectiva, faço e refaço o meu agradecimento final já que ele vai ser contínuo, reforçando a relevância do trabalho exercido em equipe, cujos os resultados não estão somente explícitos nesta monografia, mas sim na continuidade em outros trabalhos envolvendo o planejamento e desenvolvimento de novas pesquisas no tocante às questões ambientais.

Salmos 40:1-3

Esperei com paciência no Senhor, e ele se inclinou para mim, e ouviu o meu clamor. Tirou-me de um lago horrível, de um charco de lodo; pôs os meus pés sobre uma rocha, firmou os meus passos; e pôs um novo cântico na minha boca, um hino ao nosso Deus; muitos o verão, e temerão, e confiarão no Senhor (Almeida, 2020, p. 341).

RESUMO

Ambientalização Curricular é um conceito que vem sendo enfatizado como objeto de pesquisa nas universidades brasileiras. Abrangendo o campo da Educação Ambiental e do Currículo, propõe a inserção da dimensão ambiental no sistema educacional formal, valorizando como elementos curriculares: o currículo, gestão, espaço físico, articulados no Ensino Superior, ao tripé ensino, pesquisa e extensão. O presente trabalho, tem por objetivo compreender como a Ambientalização Curricular vem sendo significada em cursos de Pedagogia no Brasil, no período de 2019 a 2024. O estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na Pesquisa Bibliográfica, a partir do levantamento bibliográfico realizado no portal de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os dados revelaram que a inserção da Educação Ambiental no campo do Currículo nos cursos de Pedagogia, ocorre majoritariamente de forma disciplinar, mas também de forma interdisciplinar e transversal, como propõe a Lei da Política Nacional da Educação Ambiental nº 9795/1999. No entanto a Educação Ambiental segundo os autores, em alguns cursos é abordada numa concepção tradicional, conteudista e conservacionista, retratando a importância de uma ressignificação no currículo, e o incentivo ao fortalecimento da concepção de EA de forma crítica, interdisciplinar, contínua e transversal. Há uma preponderância na oferta da disciplina de forma optativa, o que limita o acesso à temática ambiental apenas àqueles que se interessam pelo campo. Verificou-se que tanto a oferta da Educação Ambiental, quanto a carga horária destinada à disciplina, são incipientes, visto que quando ofertada, tem uma carga horária entre 30 a 60h, em um único semestre. Há cursos em que a disciplina ofertada já tem uma relação com a área, o que permite uma abordagem ambientalmente orientada, mas não garante um aprofundamento no campo da Educação Ambiental. Reconheci as dimensões currículo, espaço físico e gestão articuladas ao ensino, pesquisa e extensão, o que corrobora com a proposta da Ambientalização Curricular, mas não em todos os cursos avaliados. Quanto às macrotendências político-pedagógicas: conservacionista, pragmática e crítica, identifiquei que todas elas, estão presentes nos PPCs do curso de pedagogia, que permearam as pesquisas, com uma preponderância da visão pragmática da EA. Há uma necessidade de uma maior valorização da Educação Ambiental no currículo, nos cursos de Pedagogia, visto que como propõe a lei, deve ser ofertada em todos os níveis de ensino, sendo facultada a oferta de forma disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar no ensino superior, o que irá contribuir na formação integral do(a) pedagogo(a), para uma Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora.

Palavras-chave: Ambientalização curricular; currículo; educação ambiental; ensino superior.

ABSTRACT

Curriculum Environmentalization is a concept that has been emphasized as an object of research in Brazilian universities. Encompassing the fields of Environmental Education and Curriculum, it proposes the insertion of the environmental dimension into the formal educational system, valuing the following curricular elements: curriculum, management, physical space, articulated in Higher Education, within the three pillars of teaching, research, and extension. This work aims to understand how Curriculum Environmentalization has been signified in Pedagogy courses in Brazil, from 2019 to 2024. The study was developed through a qualitative approach, based on Bibliographic Research, from a bibliographic survey conducted on the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) portal. The data revealed that the insertion of Environmental Education in the field of Curriculum in Pedagogy courses occurs mainly in a disciplinary manner, but also in an interdisciplinary and transversal way, as proposed by the National Environmental Education Policy Law No. 9795/1999. However, according to the authors, in some courses Environmental Education is approached from a traditional, content-focused, and conservationist perspective, highlighting the importance of a re-signification in the curriculum and the encouragement of strengthening the concept of Environmental Education in a critical, interdisciplinary, continuous, and transversal way. There is a preponderance of offering the subject as an elective, which limits access to environmental issues only to those interested in the field. It was found that both the offering of Environmental Education and the workload allocated to the subject are incipient, since when offered, it has a workload of between 30 and 60 hours in a single semester. There are courses in which the offered subject already has a relationship with the area, which allows for an environmentally oriented approach, but does not guarantee a deepening in the field of Environmental Education. I recognized the dimensions of curriculum, physical space, and management articulated to teaching, research, and extension, which corroborates the proposal of Curricular Environmentalization, but not in all the courses evaluated. Regarding the political-pedagogical macro-trends: conservationist, pragmatic, and critical, I identified that all of them are present in the Pedagogical Course Projects (PPCs) that permeated the research, with a preponderance of the pragmatic view of Environmental Education. There is a need for greater emphasis on Environmental Education in the curriculum of Pedagogy courses, since, as proposed by law, it should be offered at all levels of education, with the option of offering it in a disciplinary, interdisciplinary, and transdisciplinary manner in higher education. This will contribute to the comprehensive training of the pedagogue, for a critical, emancipatory, and transformative Environmental Education.

Keywords: Curricular environmentalization; curriculum; environmental education; higher education.

RESUMEN

La ambientalización curricular es un concepto que se ha destacado como objeto de investigación en las universidades brasileñas. Abarcando los campos de la Educación Ambiental y el Currículo, propone la inserción de la dimensión ambiental en el sistema educativo formal, valorando los siguientes elementos curriculares: currículo, gestión, espacio físico, articulados en la Educación Superior, dentro de los tres pilares de docencia, investigación y extensión. Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo se ha significado la ambientalización curricular en los cursos de Pedagogía en Brasil, de 2019 a 2024. El estudio se desarrolló a través de un enfoque cualitativo, basado en la Investigación Bibliográfica, a partir de una encuesta bibliográfica realizada en el portal de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES). Los datos revelaron que la inserción de la Educación Ambiental en el campo del Currículo en los cursos de Pedagogía ocurre principalmente de manera disciplinaria, pero también de manera interdisciplinaria y transversal, como lo propone la Ley de Política Nacional de Educación Ambiental No. 9795/1999. Sin embargo, según los autores, en algunos cursos la Educación Ambiental se aborda desde una perspectiva tradicional, centrada en el contenido y conservacionista, lo que resalta la importancia de una resignificación curricular y el fomento del fortalecimiento del concepto de Educación Ambiental de forma crítica, interdisciplinaria, continua y transversal. Existe una preponderancia de la oferta de la asignatura como optativa, lo que limita el acceso a las cuestiones ambientales únicamente a los interesados en el campo. Se encontró que tanto la oferta de Educación Ambiental como la carga horaria asignada a la asignatura son incipientes, ya que, cuando se ofrece, tiene una carga horaria de entre 30 y 60 horas en un solo semestre. Hay cursos en los que la asignatura ya tiene una relación con el área, lo que permite un enfoque ambiental, pero no garantiza una profundización en el campo de la Educación Ambiental. Reconocí las dimensiones del currículo, el espacio físico y la gestión articuladas a la docencia, la investigación y la extensión, lo que corrobora la propuesta de Ambientalización Curricular, pero no en todos los cursos evaluados. En cuanto a las macrotendencias político-pedagógicas: conservacionista, pragmática y crítica, identifiqué que todas están presentes en los Proyectos de Curso Pedagógico (PPC) que permearon la investigación, con predominio de la visión pragmática de la Educación Ambiental. Es necesario un mayor énfasis en la Educación Ambiental en el currículo de Pedagogía, ya que, según lo propuesto por la ley, debe impartirse en todos los niveles educativos, con la opción de ofrecerla de manera disciplinaria, interdisciplinaria y transdisciplinaria en la educación superior. Esto contribuirá a la formación integral del pedagogo, para una Educación Ambiental crítica, emancipadora y transformadora.

Palabras clave: Ambientalización curricular; currículo; educación ambiental; educación superior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACES - Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior

AND - E

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFP/UFCG - Centro de Formação de Professores

CESB - Educação Superior de Barreiras

COVID-19 – Doença do Coronavírus 2019

DCHT - Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias

EA - Educação Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

NESLA - Núcleo Avançado de Ensino Superior de Bom Jesus da Lapa

OR - Ou

PDI - Plano de desenvolvimento Institucional

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPP - Projeto Político Pedagógico

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA - Unidade Familiar de Produção Agrária quanto Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas - Minas Gerais

LISTA DE TABELAS

Quadro 01. Tendências da Educação Ambiental	31
Quadro 02. Trabalhos selecionados no Portal CAPES, no período de 2019 a 2024.....	48
ANEXOS: Quadros com os resultados utilizando diferentes combinações dos operadores booleanos AND/OR.	91 a 102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Áreas de Conhecimento.....	54
---	----

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	15
1.1-Objetivo Geral	18
1.2-Objetivos Específicos	18
2-CURRÍCULO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: sistematizando suas relações	21
2.1 O Currículo como construção Social: ideologia, reprodução e resistência	21
2.2-Educação ambiental: inter-relações entre meio ambiente, influências políticas e econômicas.....	27
2.3-Macrotendências político-pedagógicas: moldagens da Educação Ambiental.....	30
2.4-Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade.....	34
2.5-Ambientalização Curricular: dimensão socioambiental na Educação Superior.....	37
3-METODOLOGIA DA PESQUISA	42
3.1-Abordagem, método e tipo de pesquisa	42
3.2-Análise de dados	45
4-RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
4.1-Dimensões da Ambientalização Curricular em cursos de Pedagogia: Currículo, espaço físico e gestão no tripé, ensino, pesquisa e extensão	55
4.2-Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia.....	67
4.3-Princípios da EA segundo a Lei 9795/99 nos cursos de Pedagogia.....	71
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	91

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como foco compreender como a Ambientalização Curricular vem sendo inserida em instituições de nível Superior do Brasil, mais especificamente em cursos de Pedagogia no período de 2019 a 2024. Partindo da perspectiva que este espaço é de formação socioeducativa de articulação entre as práticas pedagógicas e as questões sociais, a partir dos trabalhos publicados.

A Universidade é um espaço onde há uma constante troca de saberes, e se estabelece no tripé do ensino, pesquisa e extensão. De acordo Albernaz (2000, p. 197), “a tríplice função universitária proporciona a qualificação de profissionais liberais e especialistas em diversos campos de conhecimento”. Neste sentido, os sujeitos envolvidos nesse espaço por meio da mediação entre o ensino e a pesquisa se tornam cidadãos críticos e reflexivos, aptos a enfrentar os desafios da prática, por meio dos aportes teóricos apreendidos.

As sociedades estão em constante transformação, cujas mudanças também estão relacionadas com a ação do homem sobre os diversos espaços, meios. Em relação a isso, a universidade se constitui também em um espaço para se pensar, refletir e discutir sobre essas mudanças. Em relação a isso, e já adentrando nas discussões acerca da Ambientalização Curricular, sendo algo significativo, ainda mais diante dos eventos que agravam os problemas socioambientais, afetando o meio ambiente natural e social, é relevante que interferências do âmbito educacional sejam planejadas e desenvolvidas com a finalidade de preparar os sujeitos envolvidos neste espaço, não somente para receber conhecimentos propostos didaticamente em relação ao meio ambiente, mas para além disso, refletir através desses conceitos teóricos sobre as influências humanas e as suas consequências no meio.

Nesta perspectiva, Amaro, Carvalho e Frankenberg (2013, p. 137) entendem por “ambientalização o processo de internalização de valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente nas práticas sociais e nas orientações individuais”. Tais valores estão relacionados com a importância das discussões em torno de ações que minimizem os impactos sobre o meio ambiente.

A temática Ambientalização Curricular, vem se estabelecendo no espaço físico e social das universidades, conseqüentemente influenciando na estrutura do currículo, com a inserção da Educação Ambiental e seus princípios em práticas pedagógicas, ementas e planos de ensino. As relações entre o campo do Currículo e a Educação Ambiental se fazem presentes em diversas teorias e metodologias educativas.

Em relação às abordagens do currículo escrito, Goodson (1997) o entende como fruto de uma construção social constituindo-se num “testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares” (p. 20). Desta forma, a Ambientalização no campo do Currículo proporciona o desenvolvimento de discussões relacionadas com a dimensão ambiental, e as atividades que serão realizadas no espaço educativo. Nesta concepção, é o currículo que “determina parâmetros para a realização e negociação relativas às ações que se desenvolvem nos contextos escolares” (Ribeiro; Gomes, 2019, p. 3), inclusive nas universidades.

Ambientalizar o Currículo segundo Kitzmann e Asmus (2012, p. 270), envolve uma “proposta abrangente de atingir tanto a organização dos conteúdos e metodologias, quanto às estruturas educativas, na concretização das ações da dimensão socioambiental”. Esse conceito é bastante complexo e necessita do estabelecimento de uma ação docente, espaços disponíveis para desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas, que de certa forma, irão potencializar não somente a inserção como também a valorização do saber ambiental nesses espaços.

É pertinente dialogar, alguns princípios básicos das relações entre o campo do Currículo e a Educação Ambiental, conforme estabelecido na Lei nº 9795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências em relação a conservação do meio ambiente. Em seu Art. 4º, parágrafo III ressaltando sobre “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (Brasil, 1999). Desta maneira, é de grande valia, que as discussões ambientais nos espaços escolares dialoguem com todas as áreas do conhecimento, seja em sala de aula ou para além da sala de aula, proporcionando romper barreiras entre os componentes curriculares, e ampliar os horizontes de compreensão de todos os sujeitos envolvidos na escola acerca dessa temática.

A Educação Ambiental na perspectiva interdisciplinar, pode ressignificar conhecimentos e ampliar o conceito de AC nos espaços educativos. Porém, a instrumentalização da Lei nº 9795/1999 não é uma tarefa fácil, pois envolve mobilizar “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade” (Brasil, Art. 4º, 1999) conforme diz o Parágrafo II da referida Lei.

Desta forma, à medida que as universidades passam a trabalhar a EA para além de uma disciplina específica, baseada apenas nos conteúdos propostos didaticamente, ou simplesmente em datas comemorativas, mas sim envolver essas discussões em todo o semestre letivo dialogando com todas as outras áreas de conhecimento, enfatizando questões voltadas para práticas ecológicas e responsáveis. Que nos leve a “admitir a natureza como uma imensa

multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem” (Krenak, 2019, p. 69). Esse chamado colabora para uma visão humanística e ética em relação ao planeta terra que vivemos e fazemos parte, e que as nossas ações podem gerar marcas pesadas no meio ambiente que podem perdurar por muito tempo, prejudicando ou até mesmo interrompendo vidas e ocasionando esgotamento de recursos naturais.

A escolha da temática abordada se justifica pelo interesse que tenho pelas questões relacionadas com o meio ambiente, é algo que me cativa, gera curiosidade, e vontade de realizar pesquisas que possam de alguma forma contribuir direta ou indiretamente com reflexões e estudos que instiguem no desenvolvimento de práticas ecológicas, ações que minimizem os impactos socioambientais. A curiosidade em ampliar meus conhecimentos e investir em um plano de carreira relacionado com a temática voltada para o meio ambiente surgiu no período que cursei o Ensino Médio, diante das disciplinas de Ciências, Biologia e Geografia, além da afinidade com as áreas de conhecimento, reconheci a importância de tais estudos para a compreensão do mundo em que vivemos.

Ainda nesta perspectiva, após adentrar na Universidade do Estado da Bahia - DCHT XVII, no curso de Pedagogia, e ter a oportunidade de cursar o componente curricular “*O Meio e o Ambiente*” referente ao 5º semestre, e participar do Estágio em Gestão Escolar e da Curricularização da Extensão articulada com o componente citado, compreendi a importância de uma gestão democrática engajada na aplicação de projetos ambientais na escola, partindo do conceito de Ambientalização Curricular. A realização da extensão se deu através de uma oficina com as equipes gestoras de duas escolas de Ensino Fundamental do município de Riacho de Santana no ano de 2023. Todas as atividades reforçaram ainda mais o desejo de mergulhar em estudos relacionados com a Educação Ambiental.

Posteriormente, estando no 8º semestre do curso, participando do componente curricular “*Trabalho de Conclusão de Curso I - TCC I*”, optei por realizar uma pesquisa relacionada com Ambientalização Curricular na Universidade do Estado da Bahia – UNEB/*Campus XVII*, mas por motivos de força maior a pesquisa foi redirecionada para uma Revisão Sistemática da Literatura sobre a mesma temática, porém, no nível superior nacional, fazendo um recorte específico em cursos de Pedagogia, de acordo trabalhos publicados no portal CAPES no período de 2019 a 2024. Sendo de fundamental importância compreender os conceitos referentes à Ambientalização Curricular, assim como, compreender a dimensão ambiental e as diversas realidades e desafios enfrentados pelas instituições na implementação de projetos ambientais nesses espaços.

Outro aspecto crucial, é a importância da Ambientalização Curricular no espaço acadêmico, envolve não somente o campo do Currículo, mas também a pesquisa e extensão. Dessa forma, a Educação Ambiental é de grande importância para que as instituições educacionais se constituam como espaços que eduquem para a formação de sujeitos “ambientalmente orientados” (Carvalho, 2013, p. 138), por meio de um currículo, interdisciplinar e transdisciplinar, proporcionando práticas pedagógicas inovadoras para a construção de uma cultura ambiental nas Universidades, formando sujeitos críticos e reflexivos sobre as relações do homem com o meio ambiente, trazendo orientações individuais e coletivas mais responsáveis em relação ao planeta.

Nesta concepção, vejo a importância do investimento em pesquisas relacionadas com Ambientalização Curricular nas instituições de nível Superior, dialogando com os saberes do campo do Currículo e da Educação Ambiental, considerando a relevância do envolvimento de toda comunidade educativa nesse processo, para que os sentidos de educar sejam revistos e todos os sujeitos imbricados: gestores, docentes, estudantes, comunidade, compreendam as realidades ambientais que os cercam.

Neste sentido, discutir essas temáticas nos espaços acadêmicos exerce um papel considerável se tratando da ampliação de saberes. Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem nesses espaços se torna mais amplo, podendo instigar o desenvolvimento de pesquisas nesse sentido, projetos de intervenção e aproximação entre a Universidade e determinadas realidades sociais.

Diante da perspectiva, da importância no investimento em pesquisas relacionadas com a Ambientalização Curricular apresento o seguinte problema de pesquisa:

Como a Ambientalização Curricular vem sendo significada em cursos de Pedagogia no Brasil?

A partir desta questão, elenco os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral:

- Compreender como a Ambientalização Curricular vem sendo significada em cursos de Pedagogia no Brasil.

1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar as dimensões da Ambientalização Curricular nos cursos de Pedagogia;

- Reconhecer características das macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental, que permeiam os cursos de Pedagogia nos artigos analisados;
- Compreender como os princípios da EA se apresentam nos cursos de Pedagogia segundo a Lei 9795/99.

Destaco a relevância da Ambientalização Curricular ou a Educação Ambiental para a sociedade, são discussões que precisam chegar a outros espaços sejam da educação formal, ou informal, no âmbito dos movimentos sociais, através de palestras, discursos públicos, artigos, livros, voltados para a temática socioambiental para que outros indivíduos sejam estudantes, pessoas negras, classe subalterna, comunidades tradicionais, enfim, o maior número de pessoas possíveis possam ter acesso a esse conhecimento, que pode servir de ferramenta de reivindicações em prol de práticas mais sustentáveis, e minimização das desigualdades e injustiças ambientais.

Por fim, a Educação Ambiental para a sociedade, visa proporcionar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para compreensão da importância da participação ativa, coletiva e cidadã, nas questões que envolvem a promoção de um meio ambiente saudável e equilibrado. Neste caso, as escolas, universidades exercem um papel primordial em tratar essas questões com a comunidade externa partilhando conhecimentos socioambientais, demonstrando para a população a importância de preservar o meio ambiente, e buscar formas para solucionar possíveis problemas ambientais sejam na atualidade ou os que vierem a surgir no futuro em decorrência de questões naturais ou sob influência humana.

Na próxima sessão apresento o referencial teórico, contemplado com: Andrade (2024); Aguiar (2021), Amaro, Carvalho e Frankenberg (2013); Bernardes e Pietro (2010); Brasil (1988); Brasil (1999), Brasil (2023); Carvalho (2013); Figueiredo e Guerra (2014); Freire (1987; 1996); Freisleben (2013); Garcia, Martinez e Garcia (2022); Goodson (1997); Guerra e Figueiredo (2014), Acselrad (2002); Kitzmann e Asmus (2012); Krenak (2019); Krzysczak (2016); Layrargues (1977); Layrargues (2012); Layrargues e Lima (2014); Lei nº 9795/1999; Lopes e Macedo (2010); Loureiro (2003); Loureiro (2004); Luck (2009); Matarazzo e Vaz (2023); Mello e Trajber (2007); Orsi (2014); Pereira (2014); Pinheiro (2009); Ramos, Cunha e Santos (2022), Reigota (2010); Ribeiro e Cavassan (2013); Ribeiro e Gomes (2019); Ribeiro e Zanardi (2016); Santos, Amorim e Silva (2011); Silva (2000); Silva (2005); Souza e Borges (2023); Trein (2012); Young (2014).

A monografia está estruturada em quatro capítulos, o primeiro contextualiza o tema a partir do problema de pesquisa e formulação dos objetivos, o segundo está contemplado com o

referencial teórico discutindo os conceitos de currículo, Educação Ambiental e Ambientalização Curricular, as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental; Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade.

No terceiro capítulo realizei a descrição metodológica com as orientações de realização da pesquisa, por fim, o quarto apresenta os resultados encontrados culminando com as considerações finais.

2 CURRÍCULO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: sistematizando suas relações

2.1 O currículo como construção social: ideologia, reprodução e resistência

Para melhor compreensão acerca do Currículo, faz-se importante conhecer as teorias que permeiam este campo, tradicionais, críticas, pós-críticas e pós-estruturalistas. Teorias essas que nortearam o sistema de educação sempre atreladas a momentos históricos diferentes em seus contextos econômicos, políticos e sociais. Assim,

Algumas teorias sobre o currículo apresentam-se como teorias tradicionais, que pretendem ser neutras, científicas e objetivas, enquanto outras, chamadas teorias críticas e pós-críticas, argumentam que nenhuma teoria é neutra cientificamente ou desinteressada, mas que implica relações de poder e demonstra a preocupação com as conexões entre saber, identidade e poder (Hornburg e Silva, 2007, p. 61).

Young (2014) discute sobre a evolução das teorias curriculares ao longo dos tempos frisando nos papéis críticos e normativos que regem este documento. O autor destaca que há dois significados, “um deles refere-se às regras (ou normas) que orientam a elaboração e a prática do currículo; o outro refere-se ao fato de que a educação sempre implica valores morais sobre uma boa pessoa” (p. 194). Conforme explícito, o normativo está ligado ao tecnicismo, e o crítico presume alternativas de mudanças na estrutura tradicional do documento.

Nesta mesma perspectiva, Silva (2005), discute o currículo como campo de poder. Para isso, ressalta as teorias tradicionais, críticas e pós-críticas que perpassam pela organização e desenvolvimento deste documento que o autor também evidencia como de identidade. Destaca que “depois das teorias crítica e pós-críticas do currículo torna-se impossível pensar o currículo simplesmente através de conceitos técnicos como os de ensino e eficiência” (Silva, 2005, p. 147). Complementando, Goodson (1997, p. 17) ressalta que o “currículo é uma fonte essencial para o estudo histórico, surgem uma série de novos problemas, pois o currículo é um conceito ilusório e multifacetado”, apresentando teorias influenciadas por contextos históricos e sociais.

Silva (2005), contextualiza o início dos estudos sobre currículo nos anos 80 enfatizando as teorias tradicionais, que surgiram nos Estados Unidos tendo como referência de discussões Bobbit após a escrita do livro “*The Curriculum*”. A produção foi escrita em um momento em que o país vivenciava momentos onde diferentes forças econômicas tentavam moldar a educação. Apresentava uma visão mais conservadora baseada nas ideias de Frederick Taylor,

buscando igualar os sistemas de ensino as indústrias. Ou seja, formar trabalhadores especializados com habilidades práticas e eficientes para exercer funções profissionais.

Acrescentando, Silva (2005) salienta que para Bobbit a organização dos currículos escolares era simplesmente mecânica, estava estruturado visando apenas uma boa formação científica, e apresentava metodologias que tinham por finalidade a eficiência nos resultados educacionais. Este campo se tornou limitado por conta da imposição de um modelo que a realidade escolar deveria seguir.

Neste sentido, o currículo é visto como um processo industrial, questão de poder, que privilegia determinados tipos de conhecimentos a serem trabalhados nos ambientes educativos. É diante dessa questão de poder que surgem as teorias críticas e pós-críticas do currículo.

Em relação a isso, Silva (2005, p. 16) salienta que “as teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: “teorias” neutras, científicas, desinteressadas”. Em contradição com isso, as teorias críticas e pós-críticas do currículo se preocupam com as relações existentes nos campos de saberes, como se estrutura a identidade e as questões de poder. Porém, “definir o que seja uma concepção crítica de alguma coisa, é tarefa árdua, pois embora o termo é claro e objetivo, não existe consenso acerca do que seja de fato essa crítica” (Ribeiro, Zanardi e 2016, p. 127).

Nesta perspectiva, o modelo curricular tradicionalista com enfoque tecnicista privilegia a classe dominante, e desconsidera as diversas realidades culturais existentes. “O currículo é assim uma forma de representação que se constitui como sistema de regulação moral e de controle. Tanto é produto das relações de poder e identidades sociais, quanto seu determinante” (Lopes e Macedo, 2011, p. 28), resultando na reprodução de um modelo em que o professor deposita os conteúdos propostos didaticamente e os alunos recebem tais conhecimentos e não tem a oportunidade de expor criticamente suas reflexões e contribuições para o processo de construção da aprendizagem. “Pensar em Teoria do Currículo, no entanto, é refletir acerca dos discursos que envolvem principalmente a compreensão e a investigação dos movimentos de produção de sentidos da prática curricular” (Ramos, Cunha e Santos, 2022, p. 4). Como os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula ou para além deste espaço são pensados e organizados? É sob influência ideológica?

Discutindo as teorias críticas, Silva (2005), enfatiza que é possível analisar a educação de uma outra forma trazendo concepções das influências de ideologia e poder nos conteúdos pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem, e a importância da efetivação de um modelo de currículo que esteja presente conteúdos didáticos, levando em consideração as vivências das relações sociais da escola e da sociedade. Desta forma, o autor traz algumas críticas em relação ao modelo de currículo influenciado pela ideologia conteudista, destacando que esta teoria

curricular, “aponta para uma educação que impede a criticidade, a criatividade e aprisiona o educando em um saber geralmente imposto sem diálogo e sem considerar seus saberes” (Ribeiro e Zanardi, 2016, p. 130).

Segundo Silva (2005), as teorizações críticas se tornaram mais evidentes após a escrita dos livros “*A Ideologia*” de Althusser e “*A Reprodução*” de Bourdieu e Passeron. As obras trazem críticas sobre o modelo de currículo tradicional e como a escola é influenciada ideologicamente pela sociedade capitalista. Diante desse cenário, surgiram vários movimentos não só nos Estados Unidos, mas em outros países que rejeitavam essa estrutura de currículo. Movidos também pela influência das concepções marxistas que definiam que a educação de fato privilegiava a classe dominante, perpetuando assim, a desigualdade social e reprodução de valores do mundo da burguesia.

Temos também as teorias pós-fundacionais ou pós-críticas do currículo, de acordo Silva (2000, p. 106) se apresentam como um,

[...]conjunto das perspectivas teóricas e analíticas que, embora retendo o impulso crítico da “teoria educacional crítica”, coloca em questão, a partir sobretudo da influência do pós-estruturalismo e do pós-modernismo alguns de seus pressupostos. A teoria pós-crítica questiona, por exemplo, um dos conceitos centrais da teoria crítica, o de ideologia, por seu comprometimento com noções realistas de verdade. Da mesma forma, seguindo Michel Foucault, a teoria pós-crítica distancia-se do conceito polarizado de poder, da teoria crítica. Ela coloca em dúvida, ainda, as noções de emancipação e libertação, tão caras à teoria crítica, por seus pressupostos essencialistas.

Hornburg e Silva (2007), destacam a relação do currículo com o multiculturalismo, um movimento que surge reivindicando o modelo tradicional dos documentos orientadores da educação. Considerando que a classe dominante (população branca, masculina, europeia e heterossexual) eram as mais privilegiadas em todos os sentidos inclusive nos sistemas de ensino, a partir disso, houve a proposição de um novo modelo curricular que incluísse a representação das diversas culturas existentes, mais especificamente as dominadas.

A superioridade masculina e as questões de gênero também são fortemente discutidas nas teorias pós-críticas, nesta concepção Silva (2005) reforça que “o simples acesso pode tornar as mulheres iguais aos homens - mas num mundo ainda definido pelos homens” (p. 93). Dessa forma, os interesses era que os currículos percebessem também a importância dos interesses, realidades e especificidades femininas e igualassem tão quanto os direitos masculinos. Além disso, as questões étnico-raciais também se fizeram presentes, de acordo Hornburg e Silva

(2007) é importante a desconstrução do texto racial e questionar os valores desses grupos sem é claro os supervalorizar em relação aos outros.

Diante dessas concepções, é importante discutir sobre os estudos estruturais e pós-estruturais, o estruturalismo foi um “movimento teórico que, com base no estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure, dominou a cena intelectual nos anos 50 e 60” (Lopes e Macedo, p. 118). Essa corrente de pensamento abrangeu as áreas de linguística, antropologia e filosofia, e a ideia central considera que as estruturas não podem ser compreendidas de forma isolada, seus significados são fixos e universais e se compõem na relação com os outros elementos que fazem parte de um sistema maior.

E os estudos pós-estruturais, de acordo com Lopes e Macedo (2011) surgiram no Brasil por volta dos anos 1990, especialmente com os textos escritos por Tomaz Tadeu da Silva. Essa vertente também questiona as estruturas tradicionais de currículo, e busca fortalecer as especificidades das classes subalternas, inferiorizadas, considerando importante essas culturas para a construção de conhecimentos.

A crítica pós-estruturalista do currículo de acordo Silva (2005), é muito confundida com o pós-modernismo pelas semelhanças de ideias que apresentam, mas são campos epistemológicos distintos. O pós-estruturalismo surge como uma crítica ao estruturalismo. Questiona as ideias universais e fixas, enfatizando que a construção da realidade é múltipla de significados.

Reconhecendo isso no campo do currículo, o autor ressalta a atitude pós-estruturalista vê os significados de currículo indeterminado, instável com incertezas nas questões de conhecimento, “o importante é examinar as relações de poder envolvidas na sua produção. Um determinado significado é o que é não porque ele corresponde a um ‘objeto’ fora do campo da significação, mas porque ele foi socialmente assim definido” (Silva, 2005, p. 123). O autor traz ênfase para a ideologia e poder que perpassaram o processo de ensino e aprendizagem da época, baseado apenas na mensuração de resultados, e suas críticas abriram portas para a inclusão das classes marginalizadas, bem como discussões de gênero, raça e sexualidade na educação.

Outro aspecto a considerar é que os estudos curriculares não são recentes na história da educação nacional e que há diferentes perspectivas teóricas que disputam sentidos neste campo, tais como as perspectivas tradicionais, as críticas, as pós-estruturais, as pós-fundacionais, entre tantas outras. Também queremos salientar que esse caráter multifacetado do currículo contribui para o adensamento das discussões sobre os processos de escolarização, notadamente para a centralidade do conhecimento (Souza e Borges, 2023, p. 2).

Porém, muito se tem falado em transformar a educação, o modelo de currículo, mas pouco se tem feito para a transformação dessa realidade, e falar em um teoria crítica e pós-crítica do currículo é preciso citar Paulo Freire, que foi um grande pensador e educador que através de suas reflexões era possível perceber que se preocupava com a classe trabalhadora, com os oprimidos, com aqueles que viviam as margens da sociedade, que não eram beneficiados pelos marcos legais e nem tampouco pela educação. “Daí, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra” (Freire, 1987, p. 22).

Dessa forma, pensar criticamente e buscar formas para que as mudanças ocorram pode ser uma alternativa para as inovações no campo do currículo, que de certa forma, contribui para que a educação seja mais igualitária, democrática e libertária, e que faça mais sentido para os educandos.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (Freire, 1987, p. 22).

Neste sentido, a liberdade é algo que precisa ser buscada intensamente, com muitas lutas e reivindicações. Utilizando dessas alternativas, os oprimidos podem abrir caminhos para superação da imposição de poder da classe opressora. Apesar de não ser uma tarefa fácil, a história mostra que sem luta é impossível libertação. Para que haja uma mudança no sistema de ensino é preciso pensar como ele está sendo concebido para os educandos, evidenciando a importância da prática de liberdade e emancipação da educação.

As teorias de Freire são muito importantes para inovação no sistema educacional, porém o que ainda tem prevalecido em grande parte é um sistema de ensino tradicional, conteudista, onde alguns professores não proporcionam as práticas dialógicas em suas aulas, privilegiando assim, direta ou indiretamente interesses da classe dominante, deixando de lado as reais necessidades educacionais das classes oprimidas e subalternizadas.

Diante dessa situação, é importante refletir sobre a formação de professores. Segundo Pinheiro (2009, p. 9) “A discussão em relação à formação de professores é hoje, uma das problemáticas centrais para a mudança educativa, que necessita de reflexão e compromisso com

a qualificação desses profissionais”. Neste sentido, é importante na formação de professores a construção de um profissional que não aprenda somente ensinar os conteúdos propostos, mas ir mais além, pensar criticamente e levar seus alunos a crítica e reflexão também, e a partir das problemáticas enfrentadas, juntos possam construir alternativas de transformação e superação de tais realidades.

As teorias críticas e pós-críticas trazem a importância de se repensar o campo do currículo, não deixando de levar em consideração a importância dos conhecimentos didáticos, mas procurando abrir possibilidades para discussões acerca do contexto histórico-cultural ao quais os alunos estão inseridos. Dessa forma,

[...]os cursos responsáveis pela formação de professores precisam apresentar um currículo que não valorize somente a transmissão de conteúdos, mas o papel da escola no mundo atual, pensar sobre a diversidade e as desigualdades sociais para que, dentro das suas possibilidades como professor pode contribuir para a mudança e leve o aluno a desenvolver a sua capacidade de busca para uma aprendizagem consciente e cooperativa (Pinheiro, 2009, p. 21).

Assim, é de grande relevância que em todas as modalidades de ensino haja essa preocupação de se refletir o motivo de trabalhar certos conteúdos e outros não, mas também, isso deve perpassar na formação de professores, reflexões em torno do desenvolvimento de práticas pedagógicas mais dialógicas, críticas, democráticas que trabalhem os conteúdos propostos, mas que também busquem novas alternativas para ampliar os horizontes da educação, contextualizada com as realidades dos educandos. Nesta perspectiva, Freire traz uma importante contribuição acerca do educador que parte da concepção democrática em suas práticas docentes, destacando que,

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” (Freire, 1996, p. 14).

Neste caso, o professor irá despertar em seus alunos o interesse não em memorizar conteúdos, mas refletir sobre eles, compreender, questionar, e através deles pensar em formas para resolver ou modificar diversas situações. Visto que, “a construção do conhecimento, permeada de valores, busca estimular a ação inserindo os sujeitos como interventores desse processo” (Aguiar, 2021, p. 51). Assim, o processo de ensino-aprendizagem se torna mais

emancipatório, perpassando uma troca de conhecimentos e de experiências que contribuem para a construção de seres pensantes, críticos e que lutam diretamente ou indiretamente para se libertar da imposição dos opressores.

Assim, o currículo vai muito além do que um espaço de poder, mas se torna um campo ao qual possui saberes a serem compartilhados, levando em consideração as estruturas sociais, o currículo é espaço, território, culturas, é um documento de identidade.

2.2 Educação Ambiental: inter-relações entre meio ambiente, influências políticas e econômicas

Nas últimas décadas, pesquisas em torno dessas temáticas têm se mostrado cada vez mais crescentes, são questões fortemente interligadas que perpassam a relação e influência do ser humano em seus espaços de sobrevivência. A Educação Ambiental tem sido realizada com base nos conceitos relacionados com meio ambiente, Reigota define como:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota, 2010, p. 14).

Desta maneira, o meio ambiente não é formado apenas pelas características geográficas de espaços, mas está relacionado com tudo que o ser vivo interage. São as características físicas, biológicas e químicas que permitem as condições de vida no planeta, segundo Krzysczak (2016, p. 6),

[...]o ambiente como meio de vida é visto como algo que precisamos conhecer e organizar. É o nosso ambiente cotidiano (a escola, a casa, o bairro, o lugar de trabalho, etc.), envolvendo os aspectos naturais e culturais, bem como os vínculos entre estes. O ambiente entendido como sistema nos remete à ideia de espécie, população, comunidade biótica, ecossistema, equilíbrio ecológico, relações ecológicas, relações ambientais. Em função das inter-relações do meio ambiente, a vida é possível no planeta.

A concepção de meio ambiente é ampla, e também está relacionada com a modificação da natureza, onde o ser humano realiza interferências nos recursos naturais criando alternativas para sua sobrevivência. A natureza é em grande parte modificada pelas criações humanas, alterando a dinâmica dos ecossistemas naturais. “A humanidade sempre conviveu com o planeta para crescer, se desenvolver e construir uma história nas suas relações com a natureza

e com os outros seres vivos” (Mello e Trajber, 2007, p. 6). Falar sobre meio ambiente é retratar sobre diversas realidades que são construídas por visões culturais diferentes, ou seja, cada indivíduo percebe seu meio ambiente de maneiras distintas e interage de forma que facilite sua vida, mas em algumas situações não levam em consideração as outras formas de vida.

Em relação a isso, Trein (2012, pág. 296) destaca “o trabalho como atividade humana transformadora se exerce sobre a matéria e usa instrumentos para executar essa transformação. Resulta dessa ação a produção de um bem que tem um valor de uso social”. Assim, essa relação homem-natureza mediada pelo trabalho gera uma transformação na natureza que pode ser destrutiva dos recursos naturais, e conseqüentemente influenciar na qualidade de vida das pessoas.

Este método de exploração da natureza em prol de atingir as suas necessidades e construir seu meio ambiente para sobrevivência, está fortemente relacionado com o modo de produção capitalista. O homem tem estabelecido uma dominação sobre a natureza acreditando que seus recursos podem ser inesgotáveis, se preocupando apenas com os interesses sociais e econômicos.

Conforme as concepções de Trein (2012), esse cenário é marcado pela produção capitalista, pelas questões de domínio e poder, e as conseqüências da transformação dos recursos naturais, têm gerado impactos no meio ambiente e no modelo de educação. Com isso, as discussões em torno da sustentabilidade, preservação, conseqüências das práticas socioambientais tem se intensificado ao longo dos tempos em diversos espaços, inclusive no âmbito educacional, resultando em Políticas Públicas, marcos legais que tratam sobre a importância da inserção e valorização da Educação Ambiental em todas as modalidades de ensino.

Notoriamente percebe-se, a influência política e econômica no meio ambiente, e as ações humanas têm gerado impactos no mesmo, desde a antiguidade até os dias atuais. A sociedade subdividida em classes, de um lado indivíduos com maior índice de poder econômico, e do outro, pessoas desfavorecidas e mais vulneráveis economicamente. As alterações no meio ambiente, têm proporcionado degradação ou esgotamento de recursos naturais, aumento da poluição, ampliação das desigualdades sociais, desrespeito aos direitos humanos de pessoas socialmente mais vulneráveis que por sua vez são as mais expostas a riscos ambientais.

De acordo com Acsegrad (2002, p. 4), “há clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente de uma lógica que extrapola a simples racionalidade abstrata das tecnologias”. O autor traz evidências críticas de teóricos da Sociedade de Risco, que enfatizam

sobre as influências da ação humana sobre o meio ambiente visando a modernização e eficiência econômica, ocasionando possíveis impactos e danos ao meio ambiente. Essas problemáticas afetam principalmente as classes menos favorecidas e conseqüentemente a educação pública ao qual esses indivíduos têm acesso.

Adentrando no contexto histórico da EA no Brasil, é marcado pelos avanços das discussões que se iniciaram em 1988 através do Plano Constitucional em proteção ao meio ambiente, já que o país enfrentava uma crise ambiental devido ao aumento desenfreado pelo consumismo e progressão tecnológica,

[...]revela alguns eixos centrais, relacionados à nossa visão sobre o tema: o meio ambiente como direito fundamental; a conservação da diversidade biológica e dos processos ecológicos; a criação de espaços territoriais especialmente protegidos; a necessidade de estudo prévio de impacto ambiental antes da realização de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação e a educação ambiental (Brasil, 2008).

De acordo a Constituição de 1988 (Brasil, 2008), esses temas eram emergentes devido as preocupações em torno da conservação e equilíbrio da biodiversidade resultando na formulação de medidas de proteção a alguns espaços territoriais. E se tratando especificamente da Educação Ambiental em espaços formativos, ocorreu por intermédio da consolidação da Lei 9.795 de 1999, estabelecendo a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), mas sua regulamentação aconteceu em 2002.

No inciso VI do art. 225 da Constituição, encontra-se a obrigação de o Poder Público promover, em todos os níveis de ensino, educação ambiental, além da conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Esse dispositivo foi regulamentado pela Lei no 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2008, p. 401).

O meio ambiente é o espaço em que vivemos e nos relacionamos uns com os outros, nele estão presentes fatores que favorecem a nossa sobrevivência no planeta Terra, como a água, ar, alimentos, dentre outros fatores biológicos e químicos. De acordo a Constituição em seu Art. 225 de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, p. 116). É de grande importância a preservação desse espaço e dos recursos naturais presentes, contribuindo tanto para a ampliação como também a qualidade de vida dos seres vivos no planeta.

Diante desses fatores, vale destacar que,

[...]a Educação Ambiental surgiu no contexto de uma crise ambiental reconhecida no final do século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais. Mas a constatação de que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar (Layrargues e Lima, 2014, p. 26).

Assim, a EA está intrinsecamente ligada com aspectos relacionados com o meio ambiente e as relações sociais, considerando também as dimensões culturais e econômicas. Essa temática é abordada por algumas tendências ou correntes que apresentam diferentes visões sobre as inter-relações entre ser humano e natureza.

2.3 As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental

Inicialmente, as práticas da Educação Ambiental eram baseadas em uma visão única de “conhecer para amar, amar para preservar” (Layrargues e Lima, 2014, p. 27). Mas com o passar dos tempos, alguns educadores(as), pesquisadores ambientais, passaram a perceber a pluralidade que envolve a EA, então passa a ser vista em sua complexidade, interpretada e discutida por várias correntes de pensamentos e articulada com outras ramificações pedagógicas, envolvendo aspectos sociais, econômicos, políticos, necessários à construção de uma visão crítica da realidade da crise ambiental.

Sauvé (2003)¹, contextualiza 15 tendências da Educação Ambiental conforme explícito no (Quadro 01):

¹ SAUVE, L. Courants et modèles d'interventions en éducation relative à l'environnement. Module 5. Programme d'études supérieures – Formation en éducation relative à l'environnement – Francophonie internationale. Montréal: Les Publications ERE-UQAM, Université du Québec à Montréal – Collectif ERE-Francophonie, 2003. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:ec78ccc6-8b6d-4c2d-b1b9-360f87b00376>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Quadro 01. Tendências da Educação Ambiental

Nº	CORRENTE	SISTEMATIZAÇÃO DE SAUVÉ (2003)
1	Naturalista	As proposições da corrente naturalista com frequência reconhecem o valor intrínseco da natureza, acima e além dos recursos que ela proporciona e do saber que se possa obter dela (p. 03).
2	Conservacionista/ recursista	Agrupa as proposições centradas na “conservação” dos recursos, tanto no que concerne à sua qualidade como à sua quantidade: a água, o solo, a energia, as plantas (p. 03).
3	Resolutiva	Trata-se de informar ou de levar as pessoas a se informarem sobre problemáticas ambientais, assim como a desenvolver habilidades voltadas para resolvê-las (p. 05).
4	Sistêmica	Permite identificar os diferentes componentes de um sistema ambiental e salientar as relações entre seus componentes, como as relações entre os elementos biofísicos e os elementos sociais de uma situação ambiental (p. 06).
5	Científica	O processo está centrado na indução de hipóteses a partir de observações e na verificação de hipóteses, por meio de novas observações ou por experimentação (p. 07).
6	Humanista	Dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, construído no cruzamento da natureza e da cultura. O ambiente não é somente apreendido como um conjunto de elementos biofísicos, que basta ser abordado com objetividade e rigor (p. 09).
7	Moral/ética	O atuar se baseia num conjunto de valores, mais ou menos conscientes e coerentes entre eles. Assim, diversas proposições de educação ambiental dão ênfase ao desenvolvimento dos valores ambientais (p. 10).
8	Holística	É preciso levar em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais como também das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade (p. 11).
9	Biorregionalista	A corrente biorregionalista se inspira geralmente numa ética ecocêntrica e centra a educação ambiental no desenvolvimento de uma relação preferencial com o meio local ou regional (p. 12).
10	Prática	A aprendizagem convida a uma reflexão na ação, no projeto em curso. Lembremos que a práxis consiste essencialmente em integrar a reflexão e a ação, que, assim, se alimentam mutuamente (p. 13).

11	Crítica	Esta corrente insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos (p. 14).
12	Feminista	Denúncia das relações de poder dentro dos grupos sociais, que os homens ainda exercem sobre as mulheres, em certos contextos, e na necessidade de integrar as perspectivas e os valores feministas aos modos de governo, de produção (p. 16).
13	Etnográfica	Dá ênfase ao caráter cultural da relação com o meio ambiente. A educação ambiental não deve impor uma visão de mundo; é preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas (p. 18).
14	Eco-educação	Não se trata de resolver problemas, mas de aproveitar a relação com o meio ambiente como cadinho de desenvolvimento pessoal, para o fundamento de um atuar significativo e responsável (p. 19).
15	Sustentabilidade	Em resposta ao princípio fundamental do desenvolvimento sustentável, a educação para o consumo sustentável chega a ser uma estratégia importante para transformar os modos de produção e de consumo (p. 22).

Fonte: Sauvé (2003)

Autor: Elaborado pela autora.

A partir das ideias de Sauvé (2003),   possível compreender com mais complexidade as abordagens pedagógicas que envolvem este campo, ampliando a visão acerca da importância da preserva o do meio ambiente, natureza, diante dos problemas socioambientais promover o desenvolvimento do pensamento sist mico para a resolu o de conflitos.

Ampliando as discussões sob outros olhares, Layrargues e Lima (2014) apresentam três macrotendências político pedagógicas da Educa o Ambiental: a Conservacionista, a Pragmática e a Crítica.

A Macrotendência Conservacionista, abrange a tendência da Alfabetiza o Ecológica e do autoconhecimento. Baseia-se na valoriza o afetiva da natureza, utilizando-se dos pressupostos teóricos da ecologia: biodiversidade, preserva o, conserva o. Relativiza o antropocentrismo, vinculando a Educa o Ambiental,   “pauta verde”. Advoga pela mudança cultural, a partir do comportamento individual.

Tais representa es são baseadas no conservadorismo, reduzindo o fenômeno ambiental   inova o tecnológica, deixando de lado as mudanças sociais, políticas e culturais que fazem parte deste campo. “Não questiona a estrutura social vigente em sua totalidade, apostando em

mudanças setoriais, sem a transformação necessária nas bases econômicas e políticas da sociedade” (Layrargues e Lima, 2012).

Matarazzo e Vaz (2023) discutem a respeito da Alfabetização Ecológica em outra perspectiva relacionada com os princípios da ancestralidade, acrescentando que cada um de nós somos munidos de culturas ancestrais que nos permite compreender o nosso lugar no mundo e as relações existentes que sustentam as diversas possibilidades de vida, em que o futuro é ancestral. Em relação a isso Krenak (2019, p. 33) aborda, “o fato de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida”. Trazendo a provocação da diversidade social e cultural que compartilham esse espaço terra, que precisam ser levados em consideração no sentido de reflexão sobre as consequências das nossas escolhas, cooperando para salvar os outros, nós mesmos e o meio ambiente.

Desta forma, a Macrotendência Conservacionista foca na importância da conservação da natureza, na resolução de problemas. Mas apresenta uma visão reducionista no tocante as origens das problemáticas ambientais, que podem estar enraizadas nas injustiças sociais e culturais, nas diferentes formas de enxergar a natureza e se relacionar com a mesma.

Adentrando nas discussões sobre a Macrotendência Pragmática, abrange a Educação para o Desenvolvimento e Consumo Sustentável, marcado pelo cenário da lógica de mercado onde é preocupante o aumento da produção de resíduos sólidos.

A macrotendência pragmática tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra, e poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, se aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo de produção (Layrargues e Lima, 2014, p. 31).

Essa perspectiva busca soluções para os problemas ambientais com foco nas tecnologias e inovações, de acordo Andrade (2024), parte “do olhar cientificista para a realidade, fundamentado na neutralidade da ciência, na mudança de comportamentos a partir da provisão de informações e nos enfoques de ação individuais” (p. 6). Diante das observações, é possível perceber as semelhanças entre as macrotendências *Conservacionista* e *Pragmática*, nas abordagens tecnicistas como solução para as problemáticas ambientais.

Pode-se entender que a Macrotendência Pragmática apresenta uma visão mais técnica e menos crítica sobre os impactos ambientais, onde “o homem vê o ambiente como recurso, onde o que faz parte da natureza como plantas, animais, água, faz parte dos recursos para a

sobrevivência humana” (Silva et al., 2021, p. 5). Se abstendo de um olhar mais profundo sobre as reais causas das consequências negativas resultantes dessas interações entre o ser humano e o meio ambiente.

Essa tendência se relaciona com o ecodesenvolvimento na busca pelo desenvolvimento e consumo sustentável, “o problema é acreditar que a proposta do desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica” (Layrargues, 1997, p. 10). Do ponto de vista crítico, o que se percebe é a influência e poder de decisão da classe dominante, nesse sentido, o desenvolvimento sustentável mascara a real necessidade de acumulação de capital em vez de buscar suprir as necessidades humanas, além de apresentar uma falsa ilusão de solução para as crises ambientais.

Por fim, Layrargues e Lima contextualizam sobre a Macrotendência da EA Crítica, composta pelas correntes da Educação Ambiental emancipatória, transformadora no processo de gestão ambiental. Caracterizando em sua práxis “[...]um forte viés sociológico e político” (Layrargues e Lima, 2014, p. 33). Assim, é caracterizada pelo diálogo, e a atuação coletiva para a construção de conhecimentos, promovendo o trabalho em conjunto para solução de problemáticas ambientais.

O caráter crítico da Educação Ambiental não apresenta visões reducionistas sobre os impactos socioambientais, não se limita apenas a técnicas e comportamentos, segundo Layrargues (2012) é oposta as vertentes conservadoras, foi construída por volta dos anos 90 devido a insatisfação da predominância de práticas educativas conteudistas e normativas. A Macrotendência Crítica busca relacionar o problema ambiental ao conflito social, e as relações entre o ser humano e a natureza estão sob influência sociocultural das classes historicamente construídas.

Assim, este tipo de educação na perspectiva da criticidade problematiza o modelo de desenvolvimento e acumulação de capital, se posiciona contra as diversas formas de autoritarismo e imposição de poder da classe dominante. E articula a construção de uma Educação Ambiental que permite discussões não somente para o enfrentamento dos problemas de ordem ecológica, como também as injustiças sociais e ambientais.

2.4 Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade

Apesar da Lei N.º 9.795 de 1999 referente a Política Nacional da Educação Ambiental, apontar no Art. 10 § 1º que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina

específica no currículo de ensino” (Brasil, 1999), é crescente as discussões sobre a criação de disciplinas nessa perspectiva nos espaços acadêmicos. Segundo Bernardes e Pietro (2010, p. 177) “houve intensos debates no Congresso Nacional sobre a oportunidade de criação de uma disciplina específica de Educação Ambiental, tanto em instituições de educação básica, quanto de ensino superior”. Devido a necessidade de problematização das questões ambientais em todos os níveis de ensino.

Ainda segundo os autores, alguns estados e municípios levando em consideração suas necessidades instituíram normas e implementaram nos currículos disciplinas específicas da Educação Ambiental. Seguindo alguns questionamentos de que este tipo de educação de forma transversal não funciona na prática, e como componente curricular pode gerar resultados mais efetivos para a construção de uma consciência ecológica baseada na preservação do meio ambiente.

A Lei sinaliza a importância do desenvolvimento da EA de forma contínua, interdisciplinar e transversal, mas não através de uma disciplina específica, porém esta têm sido a forma mais comum de se estabelecer as discussões sobre meio ambiente nos espaços educacionais. Já que isso é constante, surgem alternativas para que esses diálogos perpassem outras áreas de conhecimentos e não somente os componentes curriculares específicos. Conforme exposto Brasil (2023), em decorrência da Lei N.º 9.795 de 1999, foi criado no âmbito do Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), órgão gestor da Política Nacional da Educação Ambiental, conta com marcos legais para todos que desejarem se fazer participantes da construção de uma sociedade mais justa e sustentável, é um documento,

[...]construído a várias mãos de educadoras e educadores ambientais de todo país, com diretrizes orientadoras para a importante tarefa de transformação cultural e educacional, por sustentabilidade socioambiental e para a produção de espaços democráticos de diálogo, com envolvimento de toda a sociedade (Brasil, 2023, p. 11).

Por meio desta publicação, é possível problematizar uma Educação Ambiental comprometida com o presente e um futuro melhor para todos que se relacionam no planeta. Em Brasil (2023), também constam vertentes críticas da EA, respeito aos diversos pensamentos e culturas, reforça aspectos como transversalidade, transdisciplinaridade, e fortalecimento dessas discussões em todos os sistemas de ensino.

[...]A contribuição pedagógica para a construção de uma nova relação entre homem e meio ambiente deveria se dar por meio da inserção das questões ambientais de forma transversal, na estrutura curricular dos conteúdos tradicionais, mas enriquecida com exemplos, práticas, experiências, materiais educativos, mídias e atividades extraclasse que aproximem o estudante com o ambiente em que ele vive (Bernardes e Pietro, 2010, p. 179).

Desta maneira, os conteúdos sobre meio ambiente podem ser trabalhados de várias formas, inclusive mediados por dinâmicas para que o processo de ensino seja inovador e não simplesmente conteudista. As atividades podem ser planejadas levando em consideração as realidades dos estudantes, para que eles possam desenvolver a sensibilidade de percepção das problemáticas ambientais que os cercam.

A EA envolve uma pluralidade de conhecimentos relacionados com a natureza, meio ambiente, sociedade, e mais especificamente, reforça a inserção e mediação desses conhecimentos com as práticas socioambientais, com a finalidade de se formar sujeitos críticos e reflexivos. Capazes de compreender que “nós imprimimos no planeta terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes de vida” (Krenak, 2019, p. 46).

Porém, este educar não é uma tarefa fácil, “O que ocorre na atualidade é uma prática educativa funcional à lógica científica instrumental e positivista que fragmenta a realidade e à eficiência produtiva inerente ao capitalismo, mercantilizando-nos e a todos os seres vivos” (Loureiro, 2004, p. 78). Fica evidente, a influência política frente a estrutura dos currículos, num modelo historicamente imposto, questão que pode ser um ponto de partida para se pensar em uma transformação na educação e no âmbito da Educação Ambiental.

Neste sentido, é significativo promover a conscientização de estudantes e professores sobre a importância dos cuidados, preservação e uso consciente dos recursos naturais, bem como a lógica do consumismo por trás dos impactos socioambientais. Com relação a isso, Loureiro (2003), destaca um fator importante em relação à instituição de ensino, “cabe a tarefa de levar o indivíduo a intervir na realidade, relacionando os conteúdos das disciplinas com o cotidiano e o contexto histórico em que se situa” (p. 87).

Dessa maneira, o processo de Educação Ambiental pode acontecer não somente se limitando a práticas conteudistas, mas de uma forma democrática, social, coletiva e interdisciplinar e transversal, isso porque, é necessário a divisão do real com o “campo teórico, para facilitar o seu estudo, existem componentes que estão interligados proporcionando ao aluno conhecer a teoria, e identificá-la em seu contexto sócio-cultural (Pereira, 2014, p. 579).

Apesar disso, ainda existem alguns profissionais da educação que se mobilizam pela libertação da lógica científica, e buscam alternativas em pesquisas e desenvolvimento de projetos que visam uma inovação na Educação Ambiental, e essa transformação se inicia nas novas formas de se pensar a estrutura do currículo. Dentre essas inovações, vale destacar um importante campo de investigação, a Ambientalização Curricular, que vem se ressignificando em todos os níveis de ensino. Nesta pesquisa, retratarei no Ensino Superior.

2.5 Ambientalização Curricular: dimensão socioambiental na Educação Superior

A Ambientalização Curricular, é um campo de investigação que surgiu a partir de pesquisadores de vários países, pertencentes à *Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES)*. Foi constituída em 2002, sendo composta por algumas instituições de nível superior tanto nacionais como internacionais, que tinham como função discutir propostas de como inserir a Educação Ambiental nas universidades (Orsi, 2014).

Ainda sobre a Ambientalização Curricular, Kitzmann e Asmus (2012, p. 270) propõem o “conceito de ambientalização sistêmica, que vem a ser a ressignificação tanto de conteúdos e metodologias quanto de estruturas educativas, num processo abrangente de integração da dimensão socioambiental”. Neste sentido, os autores apresentam essa visão em torno da ambientalização curricular como algo que sofre modificações em função das inovações do currículo.

Ainda nesta perspectiva, Guerra e Figueiredo (2014, p. 111) salientam que “Ambientalizar o currículo não é uma ideia nova, mas transformadora, pois significa instaurar, no sistema educativo uma série de mudanças”, desta maneira, o currículo passa por inovações, sendo importante que durante seu planejamento os conteúdos e metodologias sejam estruturados com enfoque interdisciplinar, dialogando com suas fontes de conhecimentos e outros campos de saberes.

A Lei nº 9795/1999 conceitua a Educação Ambiental como processos pelos quais,

[...]o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999).

Em concordância, Orsi (2014, p. 8), propõe “uma imersão mais abrangente, compreendendo-a como um processo que inclui a integração das dimensões: currículo, gestão

e espaço físico”. Ou seja, o que é proposto é justamente a inserção de projetos nos espaços educativos, que visem transformações na estrutura do currículo com a inserção de metodologias voltadas para questões ambientais, resultando em modificações da organização escolar, espaço físico e social.

Ambientalizar a universidade é uma proposta que não envolve somente o campo do currículo, como também se estende para a pesquisa, extensão e gestão da universidade, contribuindo assim, para que as práticas do espaço acadêmico como um todo sejam “ambientalmente orientadas” (Amaro, Carvalho e Frankenberg, 2013, p. 138). É preciso que essas discussões ambientais sejam contínuas, humanísticas e interdisciplinares, onde as intencionalidades pedagógicas possuam objetivos e metas de trabalharem de forma dinâmica e transversal os conhecimentos voltados para os desafios e problemáticas socioambientais, e não simplesmente reproduza conteúdos curriculares tradicionais que explicam somente conceitos sobre natureza, animais, corroborando com o que aponta o Art. 8º da Lei nº 9.795, de 1999,

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (Brasil, 1999).

Assim, a inserção da Educação Ambiental nos currículos, não se tratando apenas em uma disciplina específica, mas envolvendo pesquisa e extensão, proporciona o conhecimento acerca do meio ambiente, as funções sociais que o ser humano exerce sobre o mesmo, as modificações e controvérsias, assim como, contribui para a formação de uma sociedade mais justa e socialmente sustentável. Contudo é importante salientar que no Ensino Superior, é facultada também a oferta da disciplina Educação Ambiental, conforme aponta a Lei nº 9.795, de 1999 em seu Art. 11, parágrafo único: “[...]nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico”. Neste sentido, é necessário que os cursos insiram em seus currículos este componente específico, ou seja que ambientalize o currículo, como aponta o Art. 11 desta mesma Lei,

A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao

cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental (Brasil, 1999).

Assim, para que a ambientalização seja de fato institucionalizada nas universidades é preciso que haja essa articulação entre as questões socioambientais tanto na formação inicial quanto continuada do professor, “os profissionais graduados pela instituição universitária, por meio do ensino e da pesquisa, superam o já existente e, como *seres pensantes*, críticos e criativos, buscam soluções racionais para os problemas sociais” (Albernaz, 2000, p. 197). Desta forma, é pertinente que a Educação Ambiental perpassa tanto a graduação desses profissionais quanto a formação continuada, e se estenda para a pesquisa e extensão. Já que é um processo contínuo que precisa ser avaliado e discutido constantemente. Nesta perspectiva:

É importante ressaltar que o processo de ambientalização exige flexibilidade, diálogo de saberes, sociabilização de conhecimentos de diferentes áreas, mudanças de atitudes e estilos de vida e vivência de princípios e valores ambientais (Guerra e Figueiredo, 2014, p. 122).

Diante disso, o currículo precisa ser pensado como espaço de formação que integre a dimensão ambiental como saber essencial na construção de cidadãos reflexivos e conscientes enquanto às problemáticas ambientais, causas, consequências.

De acordo com Ribeiro e Gomes (2019, p. 4) “a Ambientalização Curricular passa a ser pensada como um processo social, preso a determinações de uma sociedade, como espaço de reprodução simbólica e/ou material, fazendo a educação ser vista em novas perspectivas”. Neste sentido, a inserção da EA nesses espaços formativos, é um caminho a ser trilhado em torno de reflexões e preocupações da universidade em busca de uma gestão ambiental, com o envolvimento de toda a comunidade educativa, com o desenvolvimento de pesquisa, projetos de extensão que tratem de forma dinâmica e espontânea sobre as questões ambientais locais e globais.

A inserção da Educação Ambiental no currículo, é algo complexo, sendo importante levar em consideração as realidades e especificidades da comunidade acadêmica, inserindo e potencializando “práticas socialmente justas e ecológicas” (Brasil, 1999), considerando também as problemáticas da comunidade onde está inserida. A EA pode ser trabalhada de forma interdisciplinar e transdisciplinar, “ressignificando e reorientando o curso da história, levando-nos a repensar a complexidade do mundo” (Pereira, 2014, p. 578).

É importante ressaltar, que a Educação Ambiental baseada na interdisciplinaridade, também pode ser discutida nos espaços escolarizados com base na Educação Ambiental que

ocorre em espaços não formais, segundo a Lei nº 9795/1999 no Art. 13º a Educação Ambiental não-formal está relacionada com “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. De acordo com a teoria do conhecimento baseada na relação homem-natureza, considerando o ser humano como um agente que exerce influências no meio ambiente, de fato, por intermédio de sua manipulação material, pode contribuir para transformar diversas realidades, que podem ser benéficas ou não para o meio ambiente.

Vale mencionar, a relevância “que os estudos sobre a Educação Ambiental devem iniciar, exatamente, pelo entendimento dos saberes que os indivíduos e as comunidades já construíram sobre estes elementos ao longo do tempo e que se tornam visíveis nas suas ações” (Freisleben, 2013, p. 102). É importante que a inserção da Educação Ambiental nas universidades, tenha como ponto de partida pensar a própria educação da sociedade, e o desenvolvimento de um olhar crítico sobre essa sociedade em relação às influências que o ser humano exerce sobre o meio, sejam elas para fins de sobrevivência, preservação, cuidados, interesses econômicos, dentre outros.

A ambientalização pode trazer mudanças cruciais no sistema de ensino, segundo Kitzmann e Asmus (2012, p. 271) “as melhorias inovadoras e sustentáveis envolvendo a Educação Ambiental demandarão modificações em diferentes âmbitos, as quais não podem ser superficiais”. Essas mudanças não irão modificar completamente as práticas de ensino e aprendizagem, mas irão aprimorá-las para discussões mais amplas a partir dos conhecimentos específicos. “Observando a Educação Ambiental a partir da noção de Campo Social pode-se dizer que ela é composta por uma diversidade de atores e instituições sociais que compartilham um núcleo de valores e normas comuns” (Layrargues e Lima, 2014, p. 25). Com isso, essas modificações vão envolver diversas concepções ambientais, propostas que abordam as relações da sociedade com o ambiente, diferentes formas de interpretação da realidade seja para transformação ou conservação social do ambiente.

Outro aspecto ilustrado pelos autores é:

A noção de Campo Social agrega à análise da Educação Ambiental as ideias de pluralidade, diversidade e de disputa pela definição legítima deste universo e pelo direito de orientar os rumos de sua práxis. Agrega também a percepção do movimento e da coexistência entre tendências que disputam a dinâmica da hegemonia deste campo (Layrargues e Lima, 2014, p. 25).

Diante disso, é importante considerar que a diversidade da EA, pode proporcionar práticas pedagógicas éticas e humanistas que interpretam essas relações entre sociedade e natureza, de uma forma abrangente, construindo mediações entre sociedade, educação, ambiente natural, e por meio de projetos específicos consolidar ideias para os impactos socioambientais e repensar práticas sustentáveis de conservação dos recursos naturais.

Assim, por meio de propostas de projetos ambientais nos espaços escolares, pode influenciar na organização da mesma, como afirma Luck (2009, p. 16) que “o conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais”. Portanto, quando se tem a sistematização de uma nova realidade, ou uma inovação nesses espaços cria novas condições de participação coletiva, em prol de um objetivo específico, que é consolidar de uma forma integradora as abordagens socioambientais levando em consideração a realidade de toda a comunidade escolar. E proporcionando não somente o ensino conteudista que gere um produto final, mas a interpretação da materialidade que resultem em práticas educativas mais abrangentes.

Em conformidade, Freisleben (2013, p. 102) salienta que a EA “envolve aspectos da vida social, questiona a qualidade de vida e salienta as interdependências entre fatores físicos e sociais, entre ambiente e sociedade, e, por isso carrega um forte potencial emancipatório” diante disso, para que o sistema de ensino seja emancipatório, crítico e reflexivo quanto às questões ambientais, é preciso que a comunidade educativa compreenda a ligação existente entre Ambientalização Curricular, currículo, gestão e espaço físico e que a participação de todos nesse processo é essencial, para discussões e busca por resoluções de problemas ambientais, visando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas e demais seres vivos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O percurso metodológico é composto por etapas importantes que possibilitam a construção de pesquisas acadêmicas de diversas naturezas baseadas em métodos científicos. Nesta perspectiva, Prodanov e Freitas (2013, p. 14), enfatizam que:

A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Através desse processo de investigação, o pesquisador é norteado acerca de seu objeto de estudo, assim como, é possível a interpretação do fenômeno estudado a partir da validação dos dados coletados. Fazem parte da metodologia, a abordagem, o método e o tipo de pesquisa que abordaremos a seguir.

3.1 Abordagem, método e tipo de pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa, que envolve um estudo mais abrangente do objeto de pesquisa considerando o contexto social ao qual ele está inserido. Segundo Tiviños (1987, p. 131), este tipo de pesquisa “de forma muito geral, segue a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações”. Assim, através deste tipo de abordagem, será possível investigar com mais profundidade o objeto da pesquisa, além de possibilitar compreender melhor sobre o contexto social que o mesmo está inserido, assim, será uma forma de analisar com mais amplitude como a Ambientalização Curricular vem sendo desenvolvida no espaço acadêmico nos últimos dez anos nos cursos de Pedagogia.

A abordagem qualitativa orienta o pesquisador em dados que não podem ser quantificados em estatísticas, porém ela possibilita o estudo das relações humanas de um determinado contexto social. Nesta perspectiva, Gil (2002, p. 90) destaca a ideia de “emparelhamento, que consiste em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los. Essa estratégia requer a existência de uma teoria sobre a qual a pesquisa possa apoiar-se para explicar o fenômeno ou a situação”. Sendo assim, é necessário

que haja essa mediação entre os conhecimentos teóricos e o objeto de estudo, para que o mesmo venha ser mais explorado até chegar ou se aproximar de sua essência, valores e representações.

A pesquisa foi desenvolvida com base no método fenomenológico, a escolha se justifica sobretudo, pela possibilidade de compreender a essência do objeto de estudo, Ambientalização Curricular, por meio das reflexões em torno de como ocorre esse processo de significação da Educação Ambiental no campo do currículo em instituições de nível superior do Brasil em cursos de Pedagogia.

A fenomenologia é uma corrente de pensamento filosófica bastante influente que estuda os fenômenos. De acordo Lima (2014, p. 10), é “um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado, ainda hoje vivo”, é uma teoria que estuda os fenômenos e,

[...]tem sua apresentação inaugural na obra intitulada Investigações Lógicas de Edmundo Husserl, publicada nos anos 1900/1901. Aí começa a reflexão fenomenológica no século XX. Fenomenologia é o esforço em busca do aprofundamento da compreensão do mundo, numa tentativa de colocar em questão os supostos fundamentos das ciências naturais. A fenomenologia não é um sistema de pensamento. Ela é um método que nos leva a uma atitude radical frente às explicações científicas do mundo (Guimarães, 2013, p. 35).

Por intermédio da fenomenologia é possível não somente descrever com uma teoria, determinados fenômenos, indo mais além. Ela abre caminhos diversos para diferentes interpretações, percepções até que se chegue à essência do objeto de estudo, os seus significados, mudanças ao longo dos tempos, aspectos sociais, dentre outras características.

No tocante ao processo de Ambientalização Curricular na educação Superior, é possível não somente analisar como a Educação Ambiental está sendo inserida nos espaços acadêmicos, como também observar questões correlacionadas com o fenômeno de estudo, o que está relacionado com a Educação Ambiental, as finalidades dessas discussões nestes espaços, explorar as teorias existentes, mas também ir mais além, perceber as questões ambientais locais e globais, as influências que ação humana exerce sobre o meio, modificando-o para satisfazer seus interesses e suas implicações nisso.

Este método de investigação, retoma a importância dos estudos acerca dos fenômenos, deixando evidente que os mesmos estão em constante mudança, e que podem ser explorados de amplas formas até que se chegue ao essencial de sua existência. Para tanto, “é a filosofia do inacabamento, do devir, do movimento constante, onde o vivido aparece e é sempre ponto de partida para se chegar a algo” (Lima, 2014, p. 13). Desta maneira, Lima (2014), salienta que há

um aprofundamento de estudos inacabados, através da percepção, do retorno a consciência humana, ocorre a construção de novos conhecimentos sem deixar de levar em consideração as teorias existentes que explicam tais fenômenos.

Trazendo essas reflexões para minha pesquisa, é possível extrair mais informações do objeto de estudo, já que é algo inacabado, abrindo caminho para pensar além do que está proposto, ou seja, perceber e interpretar a Educação Ambiental nesses espaços, e possíveis ligações ou ramificações com outras áreas de conhecimento, inclusive com as questões sociais, e as problemáticas que envolvem a importância de se trabalhar não só a internalização mas também a valorização da EA.

Para a caracterização da Ambientalização Curricular no ensino Superior articulada com a inserção da Educação Ambiental no campo do currículo, estruturei o trabalho em duas etapas: sendo a primeira uma pesquisa de natureza bibliográfica, ressaltando algumas reflexões de autores que discutem sobre as temáticas. Sobre este tipo de pesquisa Gil (2002, p. 44) destaca que,

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Através da pesquisa bibliográfica, é possível o contato do pesquisador com os conhecimentos relacionados ao objeto de pesquisa analisado, enriquecendo os trabalhos produzidos com fontes que foram selecionadas possibilitando assim, a produção do conhecimento científico.

Enquanto a segunda parte do trabalho, realizei um levantamento bibliográfico, mapeando e analisando artigos no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES²) no período de 2019 a 2024, relacionados com o tema Ambientalização Curricular em cursos de Pedagogia no Brasil. Fiz uma busca avançada através da combinação de operadores booleanos (AND/OR), utilizando as palavras-chave: Ambientalização Curricular, Currículo, Educação Ambiental, Ensino Superior, Curso de Pedagogia, em diferentes combinações. Como critério de avaliação optei pela leitura dos títulos, palavras-

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Ministério da Educação. História e Missão, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 18 jun. 2025.

chave e resumos para a seleção dos trabalhos que contemplem a temática, e que sejam de produção nacional. Após esse processo, fiz a descrição da categorização dos dados para análise.

Partindo desse pressuposto, busquei organizar as informações selecionando os artigos que mais se aproximavam com a temática analisada, realizei a leitura e possíveis interpretações, e as reflexões de outros aportes teóricos incluindo os marcos legais, me possibilitaram perceber de forma mais profunda o fenômeno estudado que é o processo da significação da Educação Ambiental nos currículos das instituições de nível superior nacionais, bem como, compreender as questões ambientais no contexto histórico, cultural e social do período em análise.

O levantamento bibliográfico é uma etapa importante em um trabalho acadêmico, ocorre por intermédio da

[...]revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (Sousa, Oliveira e Alves, 2021, p. 66).

Assim, foi possível analisar com mais profundidade as publicações existentes sobre o tema Ambientalização Curricular nos cursos de Pedagogia do Brasil, e selecionar os trabalhos para a fundamentação dos resultados dessa pesquisa. É uma temática que integra conhecimentos relacionados com a Educação Ambiental, sendo de grande relevância estudos nesse sentido, para o despertar de uma consciência crítica sobre os aspectos sociais que influenciam o meio ambiente.

3.2 Análise dos dados

Partindo para análise desses dados, utilizei a técnica de triangulação que proporciona uma ampla descrição e compreensão daquilo que será estudado, criando alternativas de diversos ângulos para se pesquisar sobre determinado fenômeno. De acordo Prodanov e Freitas (2013, p. 129) é um “processo de comparação entre dados oriundos de diferentes fontes no intuito de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas. As triangulações ainda podem ser vistas através da utilização de diferentes métodos sobre um mesmo objeto”. Conforme exposto, o pesquisador qualitativo deve centrar seu interesse em compreender os processos que envolvem determinado fenômeno social, correlacionando com a minha pesquisa, será possível

compreender de diversos ângulos o processo de inserção e desenvolvimento da Educação Ambiental no campo do currículo nas instituições de nível Superior do Brasil.

A técnica de triangulação de dados segundo Holanda e Farias (2020, p. 1157),

[...]diz respeito à recolha de informações, num mesmo estudo, em tempos e espaços diferentes e em fontes distintas. As diferentes dimensões de tempo permitem explorar as mudanças temporais que ocorrem num determinado problema, assim como as diferentes dimensões espaciais possibilitam uma análise comparativa do problema em locais diferentes.

Neste caso, será possível compreender como são os processos que envolvem a estrutura social, econômica e cultural ao qual esse fenômeno social está inserido. De certa forma tornou mais fácil compreender através desse tipo de análise, a influência que o sistema capitalista exerce na Educação, mais especificamente no modelo institucional de concepção de Currículo.

Para tanto, com o intuito de obter uma representação mais ampla das fontes analisadas, “é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (Triviños, 1987, p. 38). Neste sentido, a utilização dessa técnica em meu trabalho, possibilitou conhecer com mais profundidade a essência do fenômeno Ambientalização Curricular nos cursos de Pedagogia, através dos estudos envolvendo as análises dos artigos selecionados, interligando as ideias com os teóricos que discutem essas temáticas, as leis que normatizam, o contexto histórico e social que perpassam essas questões, e por fim, as minhas inferências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compartilhar o saber científico relacionado com as questões ambientais, não é apenas cumprir com as exigências legais, que prevê a inserção da EA em todos os níveis de ensino, mas é basilar para a formação de sujeitos embasados criticamente sobre a complexidade do campo. Falar de Ambientalização Curricular no Ensino Superior é retratar a institucionalização da Educação Ambiental nos espaços acadêmicos abrangendo os três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão, assim como a gestão, o currículo e o espaço físico das instituições.

A EA, envolve uma infinidade de conhecimentos sobre o meio ambiente e visa,

[...]contribuir para o aprimoramento da Educação Ambiental no planeta passa pela ampliação e aprofundamento dos debates e reflexões destinados a esclarecer quem somos, onde estamos e para onde queremos caminhar com as nossas ações, projetos e políticas públicas na área (Loureiro, 2004, p. 2).

Neste sentido, educar cidadãos na perspectiva ambiental implica construir conhecimentos sobre a área em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais.

Como já apontado no tópico metodologia, os artigos aqui analisados, foram selecionados, em uma busca no portal de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2019-2024. No levantamento sobre a Ambientalização Curricular, envolvendo as diversas temáticas que envolvem esse campo, foram encontrados 40 artigos relacionados com o tema (Quadro 01, anexo 01). Após a leitura dos títulos e resumos, foram excluídos os trabalhos que não contemplavam as abordagens relacionadas com a proposta da pesquisa, e as que não eram escritas no idioma oficial do Brasil (Português). De acordo com o exposto no (Quadro 02, Anexo I), das 40 produções achadas apenas 3 foram selecionadas por estarem relacionadas com o tema Ambientalização Curricular no Ensino Superior no curso de Pedagogia.

Realizei uma busca avançada no portal CAPES, fazendo a combinação dos operadores booleanos (AND/OR), optando por produção nacional. Nesta etapa, utilizei as seguintes palavras-chave como descritores: Ambientalização Curricular, Currículo, Educação Ambiental, Ensino Superior, curso Pedagogia, em diferentes combinações (Quadros 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 21, Anexo I). E como critério de seleção, realizei a leitura dos títulos e resumos, e selecionei os que estavam relacionados com o foco da minha pesquisa (Quadros 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, Anexo I).

Após o processo de separação desses artigos conforme as combinações feitas nas pesquisas alternando as palavras-chave e os operadores booleanos, 25 artigos foram selecionados de acordo a temática Ambientalização Curricular no Ensino Superior, mais especificamente em cursos de Pedagogia (Quadro 02, anexo D):

Quadro 02. Trabalhos selecionados no Portal CAPES, no período de 2019 a 2024.

Nº	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	PALAVRAS-CHAVE	FONTE
1	Ambientalização Curricular do Ensino Superior na Universidade da região de Joinville – Univille: os cursos de licenciatura e Direito	Amanda Carina Leal e Silva Nelma Baldin	2019	Crise ambiental; sustentabilidade; interdisciplinaridade.	https://www.revistas.univille.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6818
2	Educação Ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações	Sirlene Donaiski Motin Raquel Maistrovicz Tomé Gonçalves Dircelia Maria Soares de Oliveira Cassins Daniele Saheb	2019	Educação ambiental; formação inicial docente; licenciaturas.	https://ienci.ifufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1219/pdf
3	Educação Ambiental e sustentabilidade na universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de ensino superior no estado de São Paulo	Laura Leite de Carvalho Ismail Barra Nova de Melo Ivan Fortunato	2019	Instituição do Ensino Superior; educação Ambiental; sustentabilidade.	https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/56007/35461
4	O silêncio sobre a Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia das	Gislânya Santos Teixeira Hellen	2019	Capacitação docente; currículo acadêmico; graduação; meio ambiente.	http://revistas.ufcg.edu.br/actabra/index.php/actabra/articl

	Universidades Federais do Brasil	Lourdes Ramos Marques Rosemeire da Silva Dantas Oliveira Whendel Cezar Silva de Couto Elton Casado Fireman			e/view/197/70
5	A Educação Ambiental na formação do pedagogo: a dimensão ambiental no curso de licenciatura plena em Pedagogia da UFPB-João Pessoa	Theoffillo da Silva Lopes Francisco José Pegado Abílio	2019	Educação Ambiental; formação do pedagogo; meio ambiente.	https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9130/5925
6	Formação inicial em Pedagogia e educação ambiental: uma abordagem histórico-crítica do currículo	Leandro dos Santos Edite Maria Sudbrack Carlos Erick Brito de Sousa	2019	Educação Ambiental; licenciatura; pedagogia histórico-crítica; currículo.	https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4496/pdf
7	Reflexões sobre a Educação Ambiental quanto a formação do professor pedagogo no contexto de pandemia: contribuições para o fortalecimento da justiça social e ambiental	Elocir Aparecida Corrêa Pires Eliane Picão da Silva Costa Fabiane Pacanhela-Borges Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira	2020	Formação de Professores; ensino fundamental dos anos iniciais; coronavírus; interdisciplinaridade.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10866/7876
8	Práticas de sensibilização ambiental na	Fabírcia Souza da Silva	2020	Educação ambiental; sensibilização ambiental; formação do Pedagogo.	https://periodicoscientificos.ufmt.

	formação do pedagogo: um relato de experiência	Lindalva Sâmela Jacaúna de Oliveira Augusto Fachín Terán Ailton Cavalcante Machado			br/ojs/index.php/reamec/article/view/10006/pdf
9	Ambientalização curricular na educação superior: características e tendências de dissertações e teses brasileiras (1987-2009)	Juliana Rink Jorge Megid Neto	2020	Ambientalização curricular; pesquisa educacional; educação superior; educação ambiental.	https://periodicos.utfpr.edu.br/action/article/view/12293/7690
10	Ambientalização Curricular: análise crítica dos projetos pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores	Flávio Lourenço de Oliveira Lívia Poliana Santana Cavalcante Maiane Lima Teles	2020	Crise ambiental; sustentabilidade; interdisciplinaridade.	https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8655/7756
11	Ambientalização curricular no ensino superior: uma revisão integrativa da literatura	Ceyça Lia Palerosi Borges Leticia da Costa e Silva Irene Carniatto	2020	Desenvolvimento sustentável; ensino superior; ambientalização curricular; revisão integrativa.	https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9734/8697
12	Educação Ambiental e Educação Superior: uma Revisão Sistemática da Literatura	Luís Alípio Gomes Tânia Suely Azevedo Brasileiro	2020	Educação superior; sustentabilidade; ambientalização curricular.	https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17852/14461

		Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro			
13	A dimensão ambiental na Proposta Pedagógico-Curricular para a formação de pedagogos e pedagogas	Cássia Machado Ribeiro Dantas Maria Inêz Oliveira Araújo	2021	Educação Ambiental; formação inicial; pedagogia.	https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16065/11972
14	Educação Ambiental e sustentabilidade nos cursos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia - Campus VII	Alexsandro Ferreira de Souza Silva Adson dos Santos Bastos Maria José Souza Pinho	2021	Educação; currículo; formação de professores	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10847/8559
15	Percepção da Educação Ambiental em currículos de licenciatura: implicações para a formação docente na Universidade Federal de Sergipe	Marynara Costa Santos Mônica Andrade Modesto	2021	Currículo; educação ambiental; formação docente.	https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16629/12838
16	Educação Ambiental na Universidade: um estudo sobre a presença de Indicadores de Ambientalização Curricular em cursos de formação de professores	Gabriela Araujo Correia Regina Azevedo Arana	2021	Ensino; temática ambiental; formação de professores.	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/38812
17	A abordagem do tema Educação Ambiental nos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia da	Caroline Almeida de Andrade	2021	Educação ambiental; trabalho de conclusão de curso; formação docente.	https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31725/23294

	Universidade Federal de Rondônia				
18	O panorama da Educação Ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará	Marcilene Calandrine de Avelar Maria Ludetana Araújo Maria do Socorro Vasconcelos Pereira	2021	UFPA; educação ambiental; curso de pedagogia.	https://www-periodicos-capes-gov-br.ez86.periodicos.capes.gov.br/index.php/aceervo/busca?task=detalhes&source=all&id=W3158284049
19	A temática ambiental na formação de pedagogos: perspectiva freireana nos documentos oficiais	Maria Auxiliadora da Silva Rivoli Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano Janaina Roberta dos Santos	2022	Temática ambiental; documentos oficiais de formação docente; pedagogia.	https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/16602/12611
20	Educação Ambiental no ensino superior: uma análise do currículo do curso de Pedagogia em uma universidade federal de Minas Gerais	Helen Freitas Ferraz de Oliveira Alessandro Medeiros Pedro Ricardo Silva Andrade Vinícius José Silva Barbosa Moreira Luciana Botezelli	2022	Educação ambiental; responsabilidade socioambiental; ensino superior; pedagogia.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13942/10028

		Adriana Maria Imperador			
21	Análise da Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas do estado do Rio Grande do Norte	Letícia Gabriele da Silva Bezerra, Júlia Rélene de Freitas Rodrigues	2022	Educação; ensino superior; formação profissional; meio ambiente.	https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/66614/46588
22	A Educação Ambiental no currículo de licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública estadual	Rafael Almeida de Freitas Geide Rosa Coelho	2023	Educação ambiental; documento curricular; formação Inicial de professores; pedagogia.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13634/10371
23	Educação ambiental na formação de pedagogos: uma análise curricular em instituições no Maranhão, Brasil	Jociel Ferreira Costa Maria de Fatima Sousa Silva Georgianna Silva dos Santos	2023	Educação ambiental; pedagogia; anos iniciais.	https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/4135/3090
24	Presença da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem	Dasy Daiane Caetano Nunes	2024	Aprendizagem; educação ambiental; ensino.	https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/379/355
25	A formação em Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental na Amazônia para uma agenda global	Elidiane do Socorro Souza de Assis	2024	UFPA; formação em pedagogia; engenharia sanitária e ambiental; educação ambiental.	https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/ar

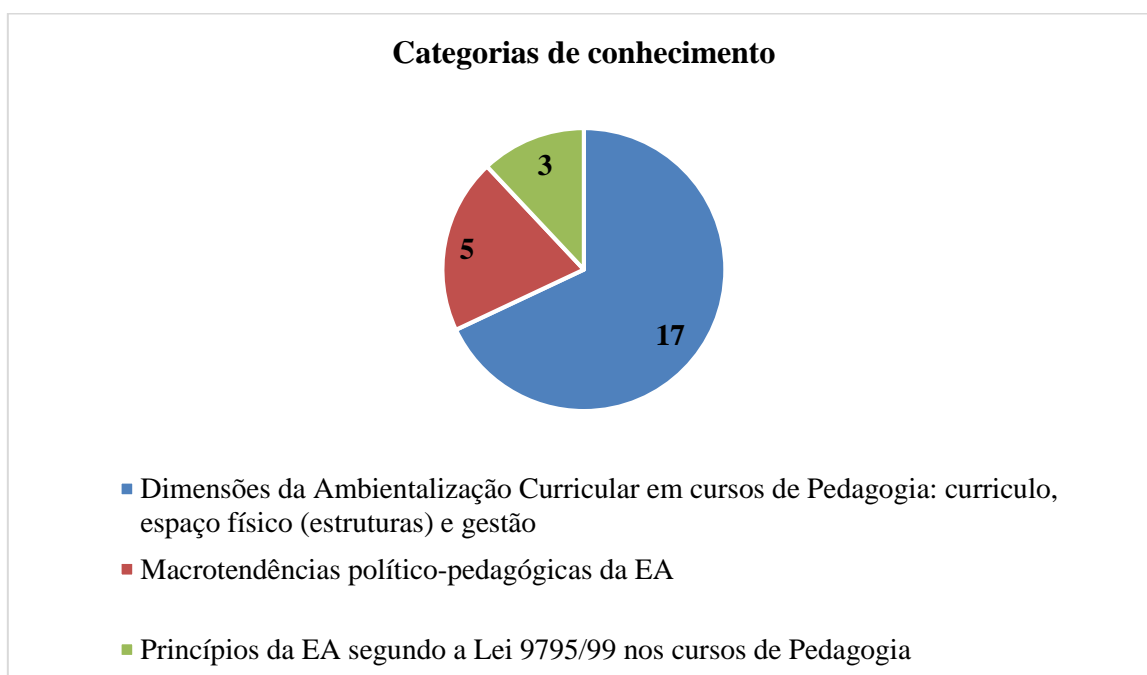
	ambiental: o caso da UFPA	Patrícia Alves Tavares Maria Ludetana Araujo Iza Fonseca Batista Isabel Lemos da Silveira Adegilson Abreu Lima Gleicy Roberta de Souza Aleixo Joyce da Silva de Oliveira		ticle/view/7707/4903
--	---------------------------	--	--	--------------------------------------

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Após o processo de escolha dos trabalhos, fiz a separação por categorias de análise (Gráfico 01):

Gráfico 01. Produções acadêmicas selecionadas por área de conhecimento.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

A Ambientalização Curricular é um processo que envolve a implementação de conhecimentos socioambientais no currículo, podendo ocorrer em todas as modalidades de ensino. Trazendo para o foco da minha pesquisa, criei três categorias de análise que estão descritas a seguir:

- Dimensões da Ambientalização Curricular em cursos de Pedagogia: currículo, espaço físico e gestão no tripé, ensino, pesquisa e extensão;
- Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental;
- Princípios da EA segundo a Lei 9795/99 nos cursos de Pedagogia.

De acordo os dados expostos no Gráfico 01, foram selecionados 17 trabalhos relacionados às dimensões da Ambientalização Curricular em cursos de Pedagogia: currículo, espaço físico e gestão no tripé, ensino, pesquisa e extensão; 5 estudos abordam perspectivas teóricas do currículo: tradicionalistas, críticas e pós-críticas, articuladas às macrotendências político-pedagógicas da EA: conservacionista, pragmática e crítica. E 3 produções focaram nos princípios da EA previstos nas diretrizes curriculares da EA: disciplinar, interdisciplinar e transversal.

Na categorização dos dados, subdividi em três tópicos trazendo as ideias principais dos artigos selecionados no portal CAPES, levando em consideração aspectos trazidos pelos autores nos resumos, quando não encontrei informações suficientes precisei proceder à leitura completa dos artigos. Realizei o confronto de ideias de aportes teóricos que discutem o tema desta pesquisa, e por fim, as minhas reflexões e inferências.

4.1 Dimensões da Ambientalização Curricular em cursos de Pedagogia: Currículo, espaço físico e gestão no tripé, ensino, pesquisa e extensão

A integração da Educação Ambiental no campo do Currículo das instituições de nível superior, ou também conhecida como Ambientalização Curricular, é um processo que envolve a inserção das discussões dos valores ambientais de forma permanente e que perpassa não somente disciplinas específicas como também a pesquisa e extensão. A EA pode ocorrer para além da sala de aula, existem outros espaços que podem ser explorados a fim de compartilhar esses conhecimentos, e projetos podem ser desenvolvidos nesse sentido. As discussões

socioambientais também podem alcançar a pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, reflexivos, e conectando a universidade com a comunidade para o enfrentamento dos problemas reais e locais.

Para melhor discutir esta categoria de análise, sobre a Ambientalização Curricular nos cursos de Pedagogia, envolvendo as dimensões do Currículo, espaço físico, ensino, pesquisa e extensão, destaquei os seguintes autores: Andrade (2021); Assis et al. (2024); Avelar, Araújo e Pereira (2021); Bezerra e Rodrigues (2022); Borges, Silva e Carniatto (2020); Carvalho, Melo e Fortunato (2019); Cavalcante e Teles (2020); Correia e Arana (2021); Freitas e Coelho (2023); Gomes, Brasileiro e Caeiro (2020); Lopes e Abílio (2019); Modesto (2021); Oliveira et al. (2022); Oliveira, Silva e Baldin (2019); Pires et al. (2020); Teixeira et al. (2019); Silva, Bastos e Pinho (2021).

Partindo para a primeira produção, *“Ambientalização Curricular no ensino superior: uma revisão integrativa da literatura”* Borges, Silva e Carniatto (2020) salientam por intermédio de uma revisão integrativa uma discussão nacional e internacional sobre Ambientalização Curricular, realizando uma busca em Web of Science, Taylor & Francis, Scopus, Scieloe a Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), selecionando 33 trabalhos no período de 1987 a 2018. Os autores evidenciam que o maior quantitativo de pesquisas foi encontrado a partir do ano de 2015, demonstrando que essas discussões têm sido emergentes nos últimos anos, mais pesquisadores tem se preocupado como as questões socioambientais se apresentam nos currículos escolares.

Expõem que o Brasil é o segundo país com mais publicações e a partir da categoria Ambientalização Curricular em cursos de formação de educadores no Brasil, fazendo um recorte para o curso de Pedagogia, os autores problematizaram que há “preocupação do Brasil na formação de profissionais que atuarão na prática educativa para que tenham uma preparação alinhada à educação ambiental” (Borges, Silva e Carniatto, 2020, p. 11). Dentre outros fatores merece destaque, o aumento das discussões em torno da sustentabilidade, conservação do meio ambiente, relações entre homem-natureza dentro do campo do currículo.

Em concordância com o que foi citado, Kitzmann e Asmus (2012) enfatizam sobre a inovação que a Educação Ambiental pode gerar nos currículos de todas as modalidades de ensino, inclusive no Superior. A ambientalização pode gerar mudanças no processo de ensino-aprendizagem desde que as abordagens e conceitos sejam trabalhados na perspectiva diferenciada do modelo conteudista. Sendo importante, a utilização de metodologias dinâmicas, interdisciplinares, lúdicas, que oportunizem aos estudantes o prazer pelos estudos ambientais, e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ecológica.

Outro trabalho que merece destaque, “*Ambientalização Curricular do Ensino Superior na Universidade da Região de Joinville - Univille: os cursos de Licenciatura e Direito*”, Silva e Baldin (2019) discutem as possibilidades de ambientalização na Universidade da região de Joinville - Univille Santa Catarina, as análises ocorreram em torno dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) no período de 2015 e 2016. Em relação ao PPC do curso de Pedagogia, perceberam que de 48 disciplinas apenas três eram ambientalizadas (Educação Ambiental; Educação Inclusiva; Políticas Públicas e Gestão Escolar). Os autores citaram somente os conteúdos do componente curricular Educação Ambiental, sendo eles:

[...]histórico da educação ambiental; população humana e recursos naturais renováveis e não renováveis; interação entre o homem e seu ambiente, natural ou construído; questões ambientais contemporâneas; problemas ambientais; ambientes brasileiros; direito e política ambiental; educação ambiental formal e informal; educação ambiental e a criança; e estratégias de educação ambiental (Silva e Baldin, 2019, p. 63).

Analisando as possibilidades, o curso de Pedagogia da instituição apresenta a EA de forma isolada, se limitando apenas aos componentes curriculares citados, por esses fatores não pode ser considerada totalmente uma universidade ambientalizada. Já que, o processo deve “ocorrer não somente na esfera curricular, mas nas diferentes instâncias do processo educativo, requerendo, assim, a ampliação do conceito de ambientalização curricular para ambientalização de todo o campus universitário” (Guerra e Figueiredo, 2014, p. 116). Isso envolve a inserção de conhecimentos voltados para as questões ambientais perpassando pela comunidade acadêmica em geral, desde a sala de aula, gestão, pesquisa e extensão.

Citando agora o processo de exclusão da Educação Ambiental nos currículos de licenciaturas inclusive do curso de Pedagogia, Oliveira, Cavalcante e Teles (2020) através do estudo “*Ambientalização Curricular: análise crítica dos Projetos Pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores*”, realizaram uma análise em PPC’s de alguns cursos do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCG.

Entretanto, ao analisar a grade curricular dos demais cursos (História, Pedagogia e Letras Língua Portuguesa e Inglesa) foi possível detectar que, apesar de terem sido construídos e/ou reformulados no período em que a crise ambiental já estava instalada e estarem presente aspectos socioambientais. Estes cursos não apresentam em seus fluxogramas e/ou organização curricular a AC, seja ela através de disciplinas diretamente ligadas a EA ou indiretamente (interdisciplinar) (Oliveira, Cavalcante e Teles, 2020, p. 761).

Assim, os dados remetem a algo preocupante que é não se ter de forma alguma abordagem ambiental nos respectivos cursos, dessa forma, não está sendo construído um percurso para formação socioambiental dos estudantes. Visto que, por mais que o currículo não apresente disciplinas específicas, o sistema de ensino poderia proporcionar ambientes para o desenvolvimento de projetos, com a finalidade de instigar a consciência socioambiental de toda a comunidade educativa. Mas, “[...]de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável à mudanças” (Freire, 1996, p. 7).

Ainda se tratando de lacunas e desafios, vale ressaltar, a revisão sistemática *“Educação ambiental e educação superior: uma revisão sistemática da literatura”* de Gomes, Brasileiro e Caeiro (2020), que também trata da EA nos espaços formativos abrangendo o ensino, pesquisa e extensão. A base de dados utilizada foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), no período de 2009 a 2019, identificaram 40 pesquisas de pós-graduação com relação ao tema, sendo 24 na área de educação, e em cursos de Pedagogia 5.

Foi identificado aspectos em comum, as instituições incorporavam as temáticas ambientais por meio de disciplinas específicas, mas também através de projetos desenvolvidos na pesquisa e extensão, porém, foram postos alguns desafios por parte dos acadêmicos como a falta de tempo para participação e restrição na comunicação de informações sobre as atividades. A reivindicação dos estudantes é importante já que eles “devem sempre questionar, renovar e recuperar o conhecimento” (Albernaz, 2000, p. 205), visto que, a universidade precisa apresentar com mais clareza e de forma que alcance a todos essas informações.

Outra produção que merece destaque, *“Educação Ambiental no Ensino Superior: uma análise do currículo do curso de Pedagogia em uma Universidade Federal de Minas Gerais”* de Oliveira et al. (2022). Foram vistos aspectos da estruturação da EA na formação inicial de Pedagogos, a partir, de estudos nos documentos institucionais do curso de Pedagogia da UNIFAL-MG, livros, teses, artigos científicos, bem como, os Projetos Políticos Pedagógicos no período de 2015 a 2020. De acordo os resultados, houve redução de 52% da carga horária dos componentes curriculares específicos durante os anos de 2015 a 2019, e em 2020 o novo PPP apresentou a disciplina Educação Ambiental de forma interdisciplinar e optativa, mas com abordagens reducionistas,

[...]em detrimento dessa questão, sugere-se a revisão das normas atinentes à Educação Ambiental, a estabelecer a porcentagem da sua disposição nos currículos escolares dos cursos de licenciatura, em especial o de Pedagogia, para que haja esta obrigação em oferecê-la de acordo com as demandas sociais

e legislativas, assim como respeitar a autonomia da universidade a determinar o modelo de abordagem do conteúdo ambiental (Oliveira et al., 2022, p. 29).

Na história das disciplinas escolares, Goodson (2019), ao retratar como as disciplinas são “inventadas” e mantidas no currículo, ressalta que estas se iniciam internamente às instituições, precisando inicialmente de apoio da comunidade disciplinar interna. Mas necessitam de apoio de relações externas que a sustente, o que é condição para que novas disciplinas sejam aceitas, estabelecidas e institucionalizadas.

O mesmo autor, aponta a legislação como associada ao desenvolvimento e manutenção que garantem apoio automático às invenções no campo educacional. As diferentes abordagens que se verificam na inserção da EA no currículo dos cursos de Pedagogia, ilustram isso, mas verifica-se que nem a lei garante o espaço devido nos currículos, variando em importância. O fato da EA estar inserida como disciplina optativa, não garante o acesso de todos/as os discentes à mesma, pois depende de quanto o discente se interessa pela área do conhecimento.

O estudo de Santos e Modesto (2021) *“Percepção da Educação Ambiental em currículos de licenciatura: implicações para a formação docente na Universidade Federal de Sergipe”* também ancorou a tendência crítica da Educação Ambiental, a partir, de uma pesquisa realizada na Universidade Federal de Sergipe. Os resultados revelaram que o currículo do curso de Pedagogia apresentava componentes curriculares obrigatórios, com ausência das discussões em disciplinas optativas, pesquisa e extensão. Essa ausência faz com que os acadêmicos se sintam fragilizados ou podem encontrar dificuldades no seu futuro campo profissional, ou na sociedade diante das problemáticas ambientais que vierem a surgir.

Mediante isso, percebe-se a fragmentação existente implicando em uma EA desenvolvida de forma tradicional, com limitação de conteúdos, rasos sobre meio ambiente, assim, é relevante repensar o planejamento curricular. Planejar “à complexidade da educação e da necessidade de sua organização, assim como das intenções de promover mudança de condições existentes e de produção de novas situações, de forma consistente” (Luck, 2009, p. 32). É imprescindível esse processo, implicando em delinear novos caminhos para a inserção da EA de forma contínua e que percorra por todas as vertentes de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Outra produção que merece destaque, a de Teixeira et al. (2019) *“O silêncio sobre a Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia das Universidades Federais do Brasil”*, discutem justamente as implicações da Educação Ambiental na formação de pedagogos e pedagogas. Os autores realizaram suas análises em 27 cursos de Pedagogia, um em cada capital

do Brasil, cerca de 15% ofertam disciplinas de cunho ambiental, e as regiões que mais apresentaram a disciplina nas ementas curriculares foram o nordeste e norte, 77,8% e 86,0% respectivamente.

Observaram que há um silenciamento nas discussões tocantes ao meio ambiente em grande parte das ementas, isso acarreta na má formação da identidade do educador ambiental, de acordo a Lei Nº. 9.795/1999 no Art. 5º nos Incisos I, II e III é preciso que as modalidades de ensino incentivem:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - A garantia de democratização das informações ambientais;

III - O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social (Brasil, 1999).

Apesar dos marcos legais que norteiam a inserção da Educação Ambiental nos sistemas de ensino, os estudos de Teixeira et al. (2019) exibem lacunas existentes como a fragmentação de conteúdos ambientais, minimização de carga horária da disciplina específica nos currículos, falta de criticidade no compartilhamento das informações voltadas para o meio ambiente, e consequentemente a reprodução do sistema de ensino conservacionista nas universidades.

Observando esses resultados, e atentando para a porcentagem de cursos de Pedagogia que possuem disciplinas com redirecionamento ambiental, é alarmante perceber que apenas 15% de 27 cursos analisados no Brasil apresentam em seus currículos componentes curriculares de ordem ambiental. Isso demonstra o descumprimento dos marcos legais, tanto pela falta de disciplinas específicas quanto pela ausência de práticas pedagógicas de forma transversal e interdisciplinar.

É importante também mencionar o trabalho de Andrade (2021), “*A abordagem do tema educação ambiental nos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia*”, a pesquisa feita no período de 2014 a 2018, o autor menciona que não foram achadas produções sobre o tema.

[...]A partir da análise desses dados obtidos, quanto ao problema levantado, foi possível verificar que não há um número significativo de pesquisas com o tema educação ambiental nos trabalhos de conclusão de curso no período verificado, sendo um baixo percentual, considerando o total identificado (Andrade, 2021, p. 9).

A falta de trabalhos de conclusão de cursos com a temática da EA, é um reflexo da lacuna na formação dos discentes, no campo. É importante ressaltar, que os alunos precisam ser mais incentivados a se envolverem com discussões relacionadas com o meio ambiente, pois, diante das problemáticas ambientais cada vez mais agravadas, é um tema que não pode estar ausente nos cursos de formação inicial e continuada. Faz-se necessário para que possa ser ampliado o “entendimento crítico e histórico das relações existentes entre educação, sociedade, trabalho e natureza” (Loureiro, 2003, p. 40). Mas para que ocorra esse interesse, é necessário que nos espaços acadêmicos essa temática seja fortalecida tanto no ensino como na pesquisa e extensão. Visto que, poderá atrair a atenção de estudantes pesquisadores da área, instigados pela curiosidade e produzam conhecimentos com foco nessas dimensões.

Outra pesquisa que envolve a EA na perspectiva disciplinar, é a de Freitas e Coelho (2023) “*A Educação Ambiental no Currículo de Licenciatura em Pedagogia de uma Universidade Pública Estadual*”. Os autores através de análises do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e da Matriz Curricular do curso de Pedagogia de uma universidade pública estadual, investigaram traços da Educação Ambiental e sua relação com a docência.

A partir, do levantamento de informações chegaram a 11 resultados, sendo 7 relacionados com a temática em si, e 4 com temas correlacionados (ambiente/ambiental), encontrando indícios em disciplinas como “Metodologia do Ensino de Ciências” e “Educação para Direitos Humanos, Sociedade, Meio ambiente e Sustentabilidade”. Bem como, perceberam a articulação do termo “ambiente” com (escolar/educacional/físico), e “meio ambiente” com os termos (Sustentabilidade Ambiental/Estado Socioambiental), evidenciando assim, diferentes formas de se desenvolver a EA nas duas disciplinas identificadas.

Através do mencionado, é visto como os autores conduziram seus olhares para identificar a EA no currículo da universidade, observando vertentes redirecionadas para o ambiente físico ou materialista, disciplinas e conteúdos. No que se refere especificamente a discussão, Freisleben (2013, p. 108) “salienta as interdependências entre fatores físicos e sociais, entre ambiente e sociedade”. Através desse processo é possível compreender de vários ângulos a abrangência social e material que envolve a Educação Ambiental.

Seguindo para a análise de outro trabalho, Assis et al. (2024) em “*A formação em Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental na Amazônia para uma agenda global ambiental: o caso da UFPA*”, trazem concepções relevantes acerca da articulação das questões ambientais no Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental da UFPA. Os resultados apontam que a formação em Pedagogia “ainda encontra desafios para que entre em consonância com as demandas globais sobre questões ambientais, na medida em

que não se tem uma disciplina obrigatória no currículo do caso analisado” (Assis et al., 2024, p. 2). Os autores verificaram que existe apenas uma disciplina “Ciências nos anos iniciais”, mas focada numa vertente mais prática e com diálogos mais reduzidos em relação ao socioambiental.

Desta forma, a organização curricular carece de atenção já que a temática “meio ambiente” precisa ser intensificada nas práticas de ensino-aprendizagem, pois isso implica diretamente na formação dos futuros professores. O projeto precisa ser repensado para novas formas de ensinar, e não simplesmente proporcionar a formação de um,

[...]intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro. Repete o lido com precisão mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética mas pensa mecanicistamente. Pensa errado. É como se os livros todos a cuja leitura dedica tempo farto nada devessem ter com a realidade de seu mundo. A realidade com que eles têm que ver é a realidade idealizada de uma escola que vai virando cada vez mais um dado aí, desconectado do concreto (Freire, 1996, p. 15).

Correlacionando as ideias, vejo de um lado lacunas no sistema de ensino se tratando da inserção da Educação Ambiental no currículo, e o mínimo de indícios que possui acontece pela mediação mecânica dos conteúdos, que certamente leva os estudantes apenas a compreender conceitos e não os relacionar ao seu contexto sociocultural. Por outro lado, com enfoque libertador Freire com suas ideias nos faz enxergar mais profundamente que a realidade educacional mencionada por Assis et al. Não leva os estudantes a uma percepção do que realmente está existindo a sua volta, mas apenas a fazer parte do ciclo de reprodução de ensino e aprendizagem na perspectiva conteudista da memorização.

Também trazendo abordagens da EA com enfoque disciplinar, Bezerra e Rodrigues (2022) no artigo “*Análise da Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas do estado do Rio Grande do Norte*”, a partir, da pesquisa realizada em três universidades públicas no Estado do RN, por meio de análises nas matrizes curriculares dos cursos de graduação mais especificamente de Pedagogia. Sinalizaram a abrangência das discussões ambientais em cinco disciplinas optativas (Educação Ambiental nas Práticas Pedagógicas/Educação e Ambiente/Introdução à Educação Ambiental/Meio Ambiente e Educação Ambiental/Direito Ambiental), São disciplinas com carga horária de 30 e 60 horas.

[...]Como vem sendo discutido ao longo do trabalho não há uma obrigatoriedade para criação de disciplinas voltadas a Educação Ambiental no ensino superior, entretanto, a inserção nas matrizes curriculares garante que os profissionais formados tenham o mínimo de conhecimento sobre a temática, aumentando as possibilidades de os profissionais trabalharem a EA, principalmente profissionais licenciados, e atuarem com responsabilidade e ética ambiental o ambiente que os cercam (Bezerra e Rodrigues, 2022, p. 20).

Realmente, as disciplinas de EA não são obrigatórias no Ensino Superior no Brasil, mas é interessante que sejam instigadas, já que a própria Lei nº 9.795/99 define através da Política Nacional da Educação Ambiental que possa ser desenvolvida de forma contínua, interdisciplinar. Isso precisa ser fortalecido nos sistemas de ensino, e nos cursos de Pedagogia, para que os futuros profissionais saibam demonstrar na prática através de atitudes conscientes, ecológicas e sustentáveis, os conhecimentos que aprenderam na graduação.

Citando também, Lopes e Abílio (2019) no artigo “*A Educação Ambiental na formação do pedagogo: a dimensão ambiental no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFPB – João Pessoa*”, identificaram a EA no Projeto Político Pedagógico, da UFPB por meio da “presença de características como justiça social, qualidade de vida, diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade e a complexidade, nos remete a que para isso, é necessário que o ser humano esteja em harmonia com o meio onde vive” (Lopes e Abílio, 2019, p. 301). E nas ementas e programas de disciplinas através da presença de componentes curriculares (Educação Ambiental/Corpo, Ambiente e Educação/Ensino de Ciências Naturais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental/Ensino de Geografia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Lopes e Abílio (2019) Realizaram também entrevistas semiestruturadas com professores e alunos, através de todo esse processo perceberam que são poucas as abordagens ambientais no curso, os documentos focam mais na transmissão de conteúdos voltados para natureza, corpo, ambiente e educação. E a disciplina optativa de Educação Ambiental apresentou algumas incoerências em relação aos Parâmetros Curriculares. E sobre as entrevistas, os sujeitos evidenciaram através de suas respostas uma percepção reducionista sobre a EA.

Esses dados apontam novamente para ações educativas que não se preocupam em formar sujeitos críticos e reflexivos, mas sim no planejamento e orientação de abordagens pedagógicas em que os conteúdos são trabalhados de forma direta e expositiva, com foco na memorização e alcance de resultados nas avaliações. Portanto nos parece pertinente apontar a necessidade de

[...]articulação entre o ambiental e o educacional, sob pena de vivermos a contradição de ser prescritivos para aquilo que não conhecemos a fundo: a educação e, mais especificamente, a escola. Por outro lado, se almejamos que

a produção material e social da vida se dê em outras bases ontoepistemológicas não podemos prescindir de uma educação ambiental crítica que contribua para transformar as relações sociais de produção em direção a um outro projeto civilizatório (Trein, 2012, p. 304).

A partir do enunciado, é considerável que a EA precisa contextualizar a organização social e as transformações no meio ambiente não simplesmente por manifestações isoladas ou monolíticas. Mas sim, de uma forma que promova ação-reflexão nos estudantes e professores formadores.

Vale mencionar também, o trabalho *“Educação Ambiental na Universidade: um estudo sobre a presença de Indicadores de Ambientalização Curricular em cursos de formação de professores”* de Correia e Arana (2021), confrontaram e discutiram indícios de ambientalização da Rede ACES a partir de análises nas matrizes curriculares e planos de ensino de uma universidade particular de São Paulo. Ao todo 33 documentos foram avaliados, e os que mais apresentaram discussões sobre o meio ambiente foram os de Ciências Biológicas, enquanto que os cursos de Pedagogia apresentaram baixa existência da temática.

Os cursos de Pedagogia apresentaram um total de 61 disciplinas, mas apenas quatro (Sociologia Geral/Natureza e Sociedade na Educação Infantil/Ciências da Natureza no Ensino Fundamental/Ciências Sociais no Ensino Fundamental) fomentavam estratégias para problematizar a relação homem-natureza, sustentabilidade, prática social, transformação e emancipação.

Isso demonstra que a universidade se preocupa com a incorporação de componentes curriculares de cunho ambiental, favorecendo para os futuros professores alguma experiência de como trabalhar metodologias tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. “Refletir sobre o mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza” (Krenak, 2019, p. 16). Pode ser estratégico no que tange a conscientização socioambiental dos acadêmicos.

Carvalho, Melo e Fortunato (2019) na produção *“Educação Ambiental e Sustentabilidade na Universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de Ensino Superior no Estado de São Paulo”*, verificaram na formação inicial de professores e em outros cursos como são lidados os assuntos sobre sustentabilidade e Educação Ambiental. Observando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), chegaram à conclusão que o curso de Pedagogia apresentava apenas 1 disciplina que promove a consciência ambiental.

Com relação a isso, é possível perceber que a organização curricular não apresenta um processo de Educação Ambiental contínua, dinâmica e interdisciplinar, as discussões são rasas

e limitadas apenas a um componente curricular. Mas a mudança não depende somente do professor formador desses espaços. Depende de uma ação consciente de toda a comunidade escolar, inclusive da gestão, para que os sentidos de educar sejam revistos,

[...]isso porque sem planejamento, que organize e dê sentido e unidade ao trabalho, as ações tendem a ser improvisadas, aleatórias, espontaneístas, imediatistas e notadamente orientadas pelo ensaio e erro, condições que tantos prejuízos causam à educação. Dá-se aula, mas não se promove aprendizagens efetivas; realizam-se reuniões, mas não se promove convergência de propósitos em torno das questões debatidas; realiza-se avaliações, mas seus resultados não são utilizados para melhorar os processos educacionais; enfrenta-se os problemas, mas de forma inconsistente, reativa e sem visão de conjunto, pela falta de análise objetiva da sua expressão e da organização das condições para superá-las (Luck, 2009, p. 32).

O planejamento é muito importante, em decisão conjunta podem ser colocadas pautas sobre a inclusão da Educação Ambiental no espaço universitário levando em consideração os que as Leis orientam. Por mais que não seja obrigatório disciplinas nesse sentido, mas incorporar práticas ambientalmente orientadas de forma transversal que alcance não somente o ensino em sala de aula, mas a pesquisa e extensão, pode ser uma alternativa da formação de sujeitos críticos, conhecedores das realidades que os envolvem, e quem sabe potencializadores de novos recursos que minimizem impactos ambientais, ou até mesmo solucionadores de possíveis problemas que vierem a surgir.

Discutindo a Educação na perspectiva da transversalidade, trago o artigo “*O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará*” tendo como autores Avelar, Araújo e Pereira (2021). A pesquisa foi feita nos Projetos Pedagógicos de Curso de formação de pedagogos de sete *Campus* da UFPA, com o objetivo de detectar as políticas internas da inserção da Educação Ambiental nos referidos currículos. Os dados apontaram para a presença dessa temática de forma transversal por meio de disciplinas obrigatórias e optativas em 11 dos 14 PPC’s analisados, e projetos de extensão presentes em 13 documentos. Desta maneira, houve a preocupação por grande parte dos espaços acadêmicos em inserir as temáticas ambientais tanto por intermédio de componentes curriculares, como também através de projetos de extensão, porém, através de práticas isoladas.

Porém, os autores informam que “ainda há a necessidade de ampliação da temática de forma articulada e permanente nos currículos e nas práticas dentro e fora dos campi universitários” (Avelar, Araújo e Pereira, 2021, p. 1). Através dessas concepções, os currículos ainda são muito fragmentados, e em relação as questões socioambientais precisam ser

articuladas interdisciplinarmente promovendo diálogos para que toda a comunidade educacional possa se envolver, e pensar juntos em todo o processo. Como reforça, Kitzmann e Asmus (2012) “a aprendizagem segue uma linha holística e conjunta” (p. 274). Ou seja, são dimensões que a educação precisa alcançar, adotando novas metodologias para que o processo de ensino-aprendizagem não seja simplesmente de carácter conteudista, mas sim em uma perspectiva de compreensão e transformação de realidades.

Silva, Bastos e Pinho (2021) em “*Educação Ambiental e sustentabilidade nos cursos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia - Campus VII*”, versaram sobre Educação Ambiental e Sustentabilidade nos currículos de licenciaturas do espaço acadêmico citado anteriormente. Frisando no curso de Pedagogia, ao observarem o Projeto Político Pedagógico, fluxogramas e Trabalhos de Conclusão de Curso, que as temáticas não são trabalhadas de forma crítica e interdisciplinar. Apresentando apenas uma disciplina obrigatória de Educação Ambiental com carga horária de 45h, e nenhum TCC produzido com discussões nesse sentido.

Ficou evidente, que a universidade não tem uma preocupação maior em formar acadêmicos com uma consciência socioambiental, precisa urgentemente “adequar as ementas curriculares dos cursos em questão para atender as exigências das Leis vigentes” (Silva, Bastos e Pinho, 2021, p. 375). Para que os futuros professores sejam preparados para atuar no campo de trabalho com afinidade para discutir esses conceitos ambientais levando em consideração as realidades e especificidades de seus futuros alunos. Já que “a construção do conhecimento, permeada de valores, busca estimular à ação inserindo os sujeitos como interventores desse processo” (Aguiar, 2021, p. 51).

Buscando me inserir nesse debate, vejo o quão importante que os estudantes sejam protagonistas no processo de aprendizagem, e não assumam simplesmente a função de receptores de conteúdo. Mas que possam entender os processos que envolvem seu contexto-histórico alinhado com a dimensão ambiental.

Finalizando as análises desta categoria, Pires et al. (2020) em “*Reflexões sobre a Educação Ambiental quanto a formação do professor pedagogo no contexto de pandemia: contribuições para o fortalecimento da justiça social e ambiental*”, apresentam algumas reflexões em relação ao momento em que o mundo vivenciava a pandemia do Coronavírus (COVID-19), como ocorria a formação do educador ambiental no processo formativo do pedagogo em relação a preocupação ambiental como tema transversal.

As análises foram feitas no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição pública de Ensino Superior localizada no Paraná. O documento apresenta ementas com disciplinas dentre elas com discussão ambiental (Sociologia da Educação/Teoria e Prática do

Ensino de Ciências), menciona também projeto de extensão baseado na coleta de resíduos que fazem parte da rotina diária dos estudantes. Porém devido ao cenário, com encontros presenciais proibidos, as aulas passaram a acontecer de forma remota, gerando um enfrentamento de dificuldades aos quais todos eram submetidos devido as novas condições de ensino.

Alguns estudantes não tiveram acesso as aulas devido à falta de recursos tecnológicos, isso demonstra que as pessoas mais carentes, com poder aquisitivo menor são as mais afetadas quando acontece algum tipo de impacto ambiental. Em sua maioria são pessoas negras, reforçando que “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (Acselrad, 2002, p. 56). Na maior parte dos casos, vivem as margens da sociedade e com poucos recursos econômicos, e quando se deparam com esse tipo de situação não possuem escolha a não ser aceitar a exclusão de seus direitos. No caso específico, ficaram prejudicados e os conhecimentos perdidos não puderam ser recuperados.

4.2 Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia

Nesta categoria de análise, busquei identificar nos trabalhos analisados, as tendências políticas pedagógicas da Educação Ambiental, com base nas macrotendências apontadas por Layragues e Lima (2014): conservacionista, pragmática e crítica. Para tanto, trouxe os seguintes autores: Nunes (2024); Rink e Neto (2020); Rivoli, Stano e Santos (2022); Santos, Sudbrack e Sousa (2019); Silva et al (2020).

Partindo desse pressuposto, Nunes (2024) em seu trabalho “*Presença da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem*”, ressalta a presença da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem, mais especificamente trazendo discussões a partir de pesquisas em cursos de Pedagogia de acordo análises em aportes teóricos que discutem essa temática. A autora discute a inserção e desenvolvimento da EA nos espaços educacionais na perspectiva crítica com o objetivo de formar sujeitos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

A autora discute sobre o papel do professor na Educação Ambiental, enfatizando que “os educadores de todas as disciplinas têm uma enorme obrigação ética e prática de educar, através de todos os meios pedagógicos possíveis na EA” (Nunes, 2024, p. 37). Desta maneira, os saberes ambientais podem ser trabalhados de forma mais abrangente e dinâmica, na perspectiva interdisciplinar, deixando de lado os traços da educação conservacionista, isolada e monolítica. Sendo pertinente que os professores efetuem:

[...]uma análise integrada dos componentes naturais e socioeconômicos na constituição do ambiente, possibilitando uma análise ambiental frente à degradação ambiental, procurando o aprimoramento do conhecimento científico sobre a dinâmica e o manejo de instrumentos e recursos didáticos que permita compreender melhor a progressiva devastação da natureza, e estimular uma reflexão sobre a forma de apropriação, uso e manejo dos recursos naturais (Santos, Amorim e Silva, 2011, p. 2).

A EA precisa estar articulada aos aspectos sociais, econômicos, as especificidades locais e regionais, sem deixar de lado a importância também que os conteúdos didáticos proporcionam para construção de aprendizados.

Outra pesquisa que merece atenção, “*Ambientalização curricular na educação superior: características e tendências de dissertações e teses brasileiras (1987-2009)*” de Rink e Neto (2020). Os autores fizeram um levantamento de documentos no Banco de Teses do Projeto EArte, o foco das análises foram os cursos de licenciatura no Brasil e só a partir do ano de 1995 houve as primeiras publicações acerca da Educação Ambiental. Identificaram 85 dissertações e teses com respeito ao tema, de um total de 2.151 trabalhos relacionados com a EA produzidos até 2009, e da área curricular de Pedagogia foram 18 trabalhos, a partir, do ano 2000. No processo de avaliação, redistribuíram os trabalhos com base na relação com as macrotendências da EA: conservacionista, pragmática, crítica e não identificada. A maioria abordava a tendência conservacionista (56,9%), a Pragmática (36,9%) e a crítica (32,3%).

Considerando o ano que a Lei da Política Nacional da EA foi criada, em 1999, justificase a prevalência da tendência conservacionista da EA nas pesquisas, visto que no período analisado, a macrotendência pragmática iniciava sua expansão e já disputava território com a crítica, o que fica claro pelos resultados da pesquisa.

A partir dos dados mencionados, o processo de ambientalização dos currículos dos cursos de Pedagogia em grande maioria acontecem neste período, na perspectiva de ensino conservacionista. “São representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais” (Layrargues e Lima, 2014, p. 30).

Já os que se alinham com a tendência pragmática, abrange sobretudo, a relação de ecologia e mercado, desenvolvimento sustentável e consumismo, e por fim, se apresentam os artigos que viabilizam uma visão mais ampla e crítica em torno das influências socioambientais. Pensando por esse viés, Layrargues e Lima (2014, p. 33) enfatizam que:

A magnitude dos desafios e das incertezas que vivenciamos na alta modernidade não comporta reduções, exige, ao contrário, abertura, inclusão, diálogo e capacidade de ver o novo e de formular respostas para além do conhecido. Na experiência educativa o aprendizado e a mudança são indissociáveis: não é possível aprender algo novo sem mudar o ponto de vista nem, inversamente, mudar uma realidade sem descobrir algo novo com e sobre ela.

Por essas razões, é preciso buscar a inovação nos sistemas de ensino principalmente em relação a inclusão e diálogo, proporcionando no âmbito acadêmico o dinamismo e articulação entre as práticas pedagógicas com a pluralidade que envolve o campo da Educação Ambiental em se tratando de situações locais e regionais.

Abordando uma Educação Ambiental com princípios baseados na tendência pragmática, Silva et al. (2020) na produção *“Práticas de sensibilização ambiental na formação do pedagogo: um relato de experiência”*. A experiência aconteceu em um curso de Educação Ambiental de uma disciplina do curso de Pedagogia em uma Universidade no Estado do Amazonas. Os pesquisadores observaram as aulas teóricas ministradas pelo professor do componente curricular, bem como, uma atividade prática do projeto (Melhorando o ambiente da Escola Normal Superior).

O projeto era realizado na área externa da unidade de ensino, os estudantes foram preparados para planejar preparação de solo para plantio, plantio de mudas e pinturas para que eles deixassem registrado a sua identidade da forma como quisessem, além do monitoramento para cuidados diários. Essas práticas são importantes pois levam os estudantes a correlacionar os conhecimentos aprendidos em sala de aula, com situações cotidianas, e o mais importante aprendem de forma dinâmica a como cuidar do meio ambiente por meio do plantio de mudas.

Esse tipo de metodologia permite os acadêmicos participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem, é sinal que o professor formador buscou inovar suas práticas de ensino, seguiu o que o currículo orientava, mas numa perspectiva inovadora para além da sala de aula.

Porém, para que se tornasse uma EA articulada com a criticidade era necessário que o educador trabalhasse questões sociais que envolvem a produção da horta, bem como, a importância da não utilização de agrotóxicos visando uma alimentação saudável, problemáticas socioambientais como as desigualdades sociais e econômicas que repercutem no acesso não equitativo aos alimentos e conseqüentemente, a fome. Essas articulações não foram mencionadas no artigo, somente os passos para cultivo dos alimentos. “Advoga, assim, uma prática descomprometida com a teoria, advoga a ação sem a reflexão, no clássico formato ideológico conservador” (Layrargues, 2012, p. 405).

Apresentando agora a temática ambiental na perspectiva crítica dialogando com as concepções de Freire, temos o trabalho de Rivoli, Stano e Santos (2022) “*A temática ambiental na formação de pedagogos: perspectiva freireana nos documentos oficiais*”. Analisaram aspectos conservadores e os críticos ou emancipatórios da Constituição Federal; Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia; Lei de Diretrizes e Bases; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Plano Nacional de Educação, documentos esses relacionados com a formação de Pedagogos.

[...]A análise que realizamos em documentos oficiais relacionados à formação do professor-pedagogo propicia a percepção de que a temática ambiental é apresentada de forma, muitas vezes, superficial, como tema possível de ser abordado no currículo escolar, aparecendo de forma incipiente e difusa em diferentes partes desses documentos. A educação ambiental, dessa forma, pode vir a enfrentar, nas configurações curriculares, desafios basais, sobretudo quanto à conformação disciplinar hegemônica que, muitas vezes, dificulta a implementação de práticas interdisciplinares que poderiam ser realizadas por professores(as) (Rivoli, Stano e Santos, 2022, p. 206).

Observando essas reflexões, é possível compreender que quando se trata em discutir sobre inter-relações entre o homem e o meio ambiente nos cursos de formação de professores, a dimensão em sua maioria é de forma reducionista. Dessa forma, é interessante que práticas de ensino ocorra de forma crítica, emancipatória, e libertadora, perpassando todos os campos de estudos seja de forma disciplinar ou interdisciplinar abrangendo o ensino, pesquisa e extensão. Pois “Ensinar exige criticidade” (Freire, 1996, p. 17). Isso é uma necessidade real diante do atual cenário educativo, a complexidade ambiental na formação de pedagogos trabalhada de forma crítica e reflexiva, implica direta ou indiretamente em suas responsabilidades diante da sociedade, do seu futuro campo de trabalho, e do meio ambiente.

Outra produção que também merece destaque, “*Formação inicial em pedagogia e educação ambiental: uma abordagem histórico-crítica do currículo*” de Santos, Sudbrack e Sousa (2019). Conduziram seu trabalho através de uma revisão bibliográfica articulada com análises das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Educação Ambiental na formação inicial em Pedagogia, à luz da Pedagogia Histórico-crítica, tendo como alicerce a dialética marxista o que lhes proporcionou compreender de forma mais ampla a relação homem-natureza.

O pensamento marxista visa contribuir para a emancipação humana, o que precisa ocorrer através de conteúdos da própria realidade do aluno; e dentre os conteúdos indispensáveis a este intento, encontra-se o de enfoque ambiental. A Educação Ambiental crítica e emancipatória idealiza a formação de um sujeito ecológico, capaz de encarar os problemas socioambientais,

resultado de uma crise ambiental insustentável, mesmo que a perspectiva marxista defenda que a educação não é a redentora e fator primeiro da mudança e da resolução desses problemas, pois há de se considerar a dinâmica dos interesses e das relações de classes (Santos, Sudbrack e Sousa, 2019, p. 132).

Neste caso, os autores explicitam o campo da Educação Ambiental através de argumentos baseados no pensamento marxista, fazendo a intermediação entre as realidades sociais com as especificidades dos alunos. Proporcionado “o diálogo dos saberes, a fim de abordar a situação sob diversos ângulos complementares e confrontar entre si as diversas visões e soluções de uma perspectiva crítica” (Sauvé, 2003, p. 32). Isso é significativo, através desse viés a educação passa a ser emancipatória com os estudantes também sendo participantes do processo de construção de saberes e possíveis contribuições para resolução de problemáticas de ordem ambiental.

4.3 Princípios da EA segundo a Lei 9795/99 nos cursos de Pedagogia

A Lei 9795/99, estabelece objetivos e princípios que orientam as práticas da EA, em todas as modalidades e níveis de ensino de forma interdisciplinar e transversal. Em relação aos cursos de formação de professores a Lei em seu Art. 11 estabelece que “a dimensão ambiental deve constar, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (Brasil, Art. 11º, 1999). Neste sentido, as abordagens podem ser trabalhadas de forma que contemple as ligações entre meio ambiente e as relações socioculturais e econômicas, contribuindo para a formação de futuros docentes reflexivos enquanto as questões socioambientais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais também reconhecem a importância da inserção da Educação Ambiental em todas as modalidades de ensino da Educação Básica. Segundo a Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012,

[...]o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global (Brasil, 2012).

A Resolução Nº 2 (2012), traz alguns marcos que precisam ser observadas nos sistemas de ensino da Educação Básica e Superior, para a fomentação de práticas integradas sobre o

meio ambiente, para incentivar e fortalecer a consciência crítica socioambiental. A Educação Ambiental precisa respeitar,

[...]a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico (Brasil, Art. 8º, 2012).

Desta forma, a EA pode ser concretizada na Educação Superior vinculada a uma disciplina específica, porém, pode ocorrer de forma articulada com outros componentes com a finalidade de expandir essas discussões de forma holística e participativa.

Neste sentido, fiz o recorte de artigos que se relacionam com a abrangência posta, trazendo os trabalhos dos autores: Costa, Silva e Santos (2023); Dantas e Araújo (2021); Motin et al (2019).

A formação inicial de Pedagogos(as) é um campo que envolve o compartilhamento de diversos conhecimentos, sendo dividido por áreas temáticas, disciplinas específicas, conteúdos programáticos de acordo as propostas curriculares. Nessa amplitude de conteúdos, estão inseridas as discussões sobre o meio ambiente, que acontece em alguns casos de forma disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar e transversal.

Porém, existem desafios nesse processo de ensino de conhecimentos ambientais nos espaços universitários, levando em consideração a intermediação com os conteúdos propostos didaticamente. Bem como, o papel dos professores na construção de conhecimentos voltados para o meio ambiente, já que muitos docentes encontram dificuldades ou se excluem desse processo. Com relação ao exposto, Loureiro (2004, p. 73) destaca que:

[...]em nossa atuação como educadores, para fins de delimitação da ação e estratégias no planejamento, fazemos recortes e escolhas. Isso é correto e necessário para não se gerar o imobilismo diante do desafio posto, mas o que não se pode fazer é pensar no recorte em si, desconsiderando o contexto, as opções feitas, as condicionantes e o que se pretende alcançar com a prática cotidiana.

Analisando essas concepções, é nítido que pensar a EA enquanto professor não é uma tarefa fácil, de fato precisa ser algo inovador e ao mesmo tempo não se pode fugir dos conteúdos propostos pelo currículo. No processo de ensino, e mais especificamente se tratando da

formação de sujeitos para atuarem como educadores, é relevante que as práticas pedagógicas, levem em consideração as realidades ambientais locais, para que os discentes em formação inicial e futuros professores possam compreender sobre as problemáticas socioambientais que os cercam e atuem como profissionais críticos, reflexivos e humanitários.

Inicialmente, convém mencionar, o artigo de Motin et al. (2019) “*Educação Ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações*”, neste trabalho os autores estudam a relação da EA com a formação inicial docente evidenciando as lacunas e desafios indicados pelas produções sobre o modelo tradicional da educação. Os autores analisaram os resumos de teses e dissertações no período de 2006 a 2016 no portal *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*.

Foi perceptível que “a partir de uma análise geral que os principais desafios e dificuldades apontados nas pesquisas envolveram aspectos sobre a interdisciplinaridade, currículos e práticas de EA na formação inicial” (Motin et al., 2019, p. 89). É importante destacar, que “a dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País” (Brasil, Art. 11º, 2012). Porém, um dos desafios mais apontados é trabalhar essas questões de forma interdisciplinar, e o uso de diferentes experiências para contextualizar a responsabilidade ambiental.

Outro ponto citado pelos autores Motin et al. (2019), é a organização curricular em grande parte é baseado no modelo de educação tradicional, e nesta concepção, Silva (2005, p. 148) ressalta que “o currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político”. A estrutura curricular reproduz a ideologia capitalista dividido em matérias ou disciplinas, que concentram na transmissão de conteúdos estabelecidos, que levam os estudantes a ações de memorização, e não pensar criticamente e expor suas opiniões.

Outra questão a se discutir, é a importância da Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia de forma interdisciplinar e transversal, buscando a integração entre as áreas do conhecimento, pois a temática ambiental perpassa todas elas. Neste sentido, Dantas e Araújo (2021) na produção acadêmica “*A dimensão ambiental na Proposta Pedagógico-Curricular para a formação de pedagogos e pedagogas*”, reafirmam que o campo de estudo dos cursos de Pedagogia é amplo e na complexidade de conhecimentos estão inseridos também a implementação da EA. Com efeito, é crucial trabalhar neste âmbito educacional as concepções que envolvem o meio ambiente, em suas especificidades, nos aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Dantas e Araújo (2021) explicitam através de análises realizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, as contribuições do conhecimento ambiental, identificando que a instituição apresenta a caracterização de uma,

[...]visão reducionista da Educação Ambiental, a partir da qual se enfatizam apenas os seus aspectos biológicos/ecológicos, em detrimento da compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade (Dantas e Araújo, 2021, p. 7).

De certa forma, é nítido que as propostas pedagógicas focam nos conteúdos específicos, e não se preocupam em discutir os aspectos sociais que influenciam o meio ambiente, tornando inviável uma práxis educativa desenvolvida com a finalidade de potencializar a “construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes capazes de possibilitar o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente” (Loureiro, 2003, p. 38). Por certo, é interessante que as práticas educativas contribuam para a produção de novos conhecimentos e formas de ver o papel dos sujeitos nos contextos sociais.

Considerando aspectos de outra produção, Costa, Silva e Santos (2023) em *“Educação ambiental na formação de pedagogos: uma análise curricular em instituições no Maranhão, Brasil”*, contextualiza a partir de análises de planos de curso de Pedagogia de Universidades Federais e Estaduais do Maranhão, identificando a oferta da disciplina Educação Ambiental nos currículos, que variam a carga horária entre 32 e 66 horas. Em relação aos conteúdos estratégicos trazem em comum a temática “Meio Ambiente” como eixo transversal, apresentando discussões relacionadas com o surgimento da EA, o tema meio ambiente nos Parâmetros Curriculares, estudo do meio, conservação, preservação e questões socioambientais levando em consideração as realidades locais.

O trabalho também sinaliza que, de dez universidades analisadas, apenas quatro apresentavam a EA em seus currículos. Inquestionavelmente, esses resultados apontam para uma lacuna na formação de professores se tratando de acesso aos conhecimentos ambientais, resultando na discordância com o que os marcos legais apontam,

[...]existe a Lei nº 9.975/99 – Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que reconheceu a EA, em seu art. 2º, como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Brasil, 1999).

Assim, a ausência da Educação Ambiental é um problema que merece atenção pois pode gerar diversos impactos na formação inicial de pedagogos, já que os futuros profissionais necessitam de uma base sólida relacionada com a preparação para os desafios ambientais. E a falta dessa cultura dificulta o incentivo ao desenvolvimento de práticas sustentáveis, e cuidadosas em relação ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, percebi como o processo de Ambientalização Curricular vem sendo significada em cursos de Pedagogia no Brasil no período de 2019 a 2024, a partir, de um levantamento de dados no portal CAPES. Os artigos selecionados integravam conhecimentos relacionados com a inserção da Educação Ambiental no campo do currículo universitário, esse processo pode ser dar não simplesmente por meio de disciplinas específicas, mas pode perpassar a pesquisa e extensão.

Tive a oportunidade de reconhecer as dimensões da Educação Ambiental perpassando o Currículo, espaço físico e gestão no tripé, ensino, pesquisa e extensão. A maior parte de trabalhos ressaltavam sobre a inserção ou ausência de disciplinas específicas ou optativas sobre a EA no campo do Currículo, com conteúdos programáticos diretos e objetivos sobre natureza, espaço, sociedade, dentre outros. Onde a preocupação maior dos espaços educativos, era transmitir informações para que os estudantes utilizassem da base de memorização para depois realizar avaliações e alcançar simplesmente meros resultados.

Em relação ao espaço físico e tripé de ensino, pesquisa e extensão foi pouco discutido, mas alguns autores reforçaram a importância do aproveitamento dos diversos ambientes para o desenvolvimento de projetos ambientais. Bem como, a relevância das discussões de forma interdisciplinar e transversal alcançando outros componentes curriculares e espaços para além da sala de aula, tornando este educar mais dinâmico e interativo.

Além do mais, identifiquei as tendências político-pedagógicas: conservacionistas, pragmáticas e críticas desse campo de estudo. Quase todos abordavam uma EA na perspectiva tradicional, conteudista e conservacionista, retratando a importância de uma ressignificação no currículo, e o incentivo ao fortalecimento das discussões ambientais levando em consideração não somente os conteúdos propostos, mas sim as realidades concretas que cercam os estudantes. Para que eles possam compreender na prática à luz das teorias os impactos que o meio ambiente sofre em decorrência das interferências humanas.

Compreendi também, os princípios da EA nos cursos de Pedagogia segundo a Lei 9795/99, alguns autores destacaram sobre os principais desafios que os espaços acadêmicos enfrentam em relação a inserção da Educação Ambiental de forma interdisciplinar e transversal. Devido à resistência de docentes em discutir sobre as questões socioambientais, que não se sentem confortáveis em mediar os conteúdos propostos de determinadas áreas específicas com as realidades locais dos estudantes.

Assim, ao concluir este estudo, afirmo a importância da reorganização dos currículos dos cursos de Pedagogia, a Educação Ambiental é um componente essencial que precisa ser mais discutido com envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Embora existam as leis e diretrizes que regulamentam a inserção da EA no Currículo, estas não garantem o cumprimento das mesmas, com a inserção nas matrizes curriculares. Como apontaram as pesquisas, quando inseridas de forma disciplinar, estão limitadas a cargas horárias variadas e/ou incipientes para atender à complexidade do campo educativo.

Algumas disciplinas tem a temática ambiental inserida de forma transversal, mas requer que os/as professores/as tenham conhecimento da sua importância na formação do discente, buscando visualizar que temas relacionados ao meio ambiente podem perpassar a sua área do conhecimento quando está não possui vínculos aparentes com a área, o que reforça a importância da EA na formação dos futuros professores. Para que ele possa integrar essas questões no seu campo de trabalho, e se torne também um cidadão mais consciente sobre suas ações no meio ambiente, e possa até mesmo ser um colaborador na resolução ou minimização de problemáticas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116/14480>. Acesso em: 16 jun. 2025.

AGUIAR, Maria Célia S. **Ambientalização Curricular no Ensino Fundamental?** Um estudo no âmbito do Programa Escolas Sustentáveis. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2020/tMaria%20Celia%20Santana%20Aguiar%20.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

ALBERNAZ, Míriam de F. **A função da Universidade na construção do saber crítico-criador**. Revista Anhanguera. Goiânia, v.1, n.1, p. 197-208, jan/dez 2000. Disponível em: https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/16_a_funcao_da_universidade_na_construcao_do_.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

ALVES, Laís H. et al. Análise Documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 51-63, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335/1440>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ALMEIDA, João F. de. **Bíblia Sagrada**: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Santo André, Geográfica, 2020.

AMARO, Inês; CARVALHO, Isabel C. de M.; FRANKENBERG, Claudio L. C. **Ambientalização Curricular e Pesquisas Ambientalmente Orientadas na PUCRS**: um levantamento preliminar. Visões e experiências Ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades: desdobramentos do 3º seminário internacional de sustentabilidade na universidade (17 a 19 novembro de 2011, São Carlos, SP, Brasil). Universidade de São Paulo - USP/Universidad Autónoma de Madrid - UAM/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. 1 ed. p. 137-143, 2013, disponível em: https://www.academia.edu/6895969/2013_CARVALHO_I_C_M_AMARO_I_FRANKENBERG_C_Ambientaliza%C3%A7%C3%A3o_curricular_e_pesquisas_ambientalmente_orientadas_p_137_145. Acesso em: 06 mai. 2024.

ANDRADE, Caroline A. de. A abordagem do tema Educação Ambiental nos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31725/23294>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ANDRADE, Daniel F. de. Conservacionista, pragmática, crítica, pós-crítica e decolonial: itinerários epistêmicos da educação ambiental pelas dimensões do pensamento. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e24047, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/hx44k5f3BpcHm87LqSBFHHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 11 ago. 2025.

ASSIS, Elidiane do S. S. de. et al. A formação em Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental na Amazônia para uma agenda global ambiental: o caso da UFPA. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais: v. 17, n. 6, p. 01-16, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7707/4903>. Acesso em: 26 jun. 2025.

AVELAR, Marcilene C.; ARAÚJO, Maria L.; PEREIRA, Maria do Socorro V. O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará. **Revista Cocar**, v. 15 n. 32, 2021, p.1-20. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez86.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3158284049>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BERNARDES, Maria Beatriz J.; PIETRO, Élisson C. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 24, janeiro a julho de 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/download/3891/2321>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BEZERRA, Letícia Gabriele da S.; RODRIGUES, Júlia R. de F. Análise da Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas do estado do Rio Grande do Norte. **Ciência e Natureza**, Santa Maria: v. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/66614/46588>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BORGES, Ceyça Lia P; SILVA, Leticia da C.; CARNIATTO, Irene. Ambientalização curricular no ensino superior: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9734/8697>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos**. Nadja Janke, Patrícia Fernandes Barbosa, organizadoras. 6 ed. Brasília: MMA, 2023. Disponível em: <https://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Pronea-Digital-final.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: capítulo VI do Meio Ambiente. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=318230. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL, Senado Federal. Lei nº 9.795/99. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm#:~:text=L9795&text=LEI%20No%209.795%2C%20DE%2027%20DE%20ABRIL%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental,Ambiental%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 de abr. 2024.

BRASIL, Senado Federal. Lei nº 6.938/1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18695-educacao-ambiental>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CALADO, Sílvia dos S.; FERREIRA, Sílvia Cristina dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Mestrado em Educação – Didáctica das Ciências. Metodologia da Investigação I – 2004/2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/36174909/Analisedocumentos>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. História e Missão, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARVALHO, Andréa F. de; NASCIMENTO, Yasmim de F.; SOARES, Maria José N. **O Método Fenomenológico de Edmund Husserl**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão-SE, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10114/13/12.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CARVALHO, Laura L. de.; MELO, Ismail B. N.; FORTUNATO, Ivan. Educação Ambiental e sustentabilidade na universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de ensino superior no estado de São Paulo. **GEOAMBIENTE ON-LINE Revista Eletrônica do Curso de Geografia - UFG/REJGraduação e Pós-Graduação em Geografia**. Goiás: n. 35, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/56007/35461>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORREIA, Gabriela A.; ARANA, Alba Regina A. Educação Ambiental na Universidade: um estudo sobre a presença de Indicadores de Ambientalização Curricular em cursos de formação de professores. **Revista Geografia**, Londrina: v. 30. n. 1. p. 499-519, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/38812>. Acesso em: 24 jun. 2025.

COSTA, Jociel F.; SILVA, Maria de Fátima S.; SANTOS, Georgianna S. dos. Educação ambiental na formação de pedagogos: uma análise curricular em instituições no Maranhão, Brasil. **Revista Práxis**, v. 15, n. 29, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/4135/3090>. Acesso em: 26 jun. 2025.

DANTAS, Cássia M. R.; ARAÚJO, Maria I. O. A dimensão ambiental na Proposta Pedagógico-Curricular para a formação de pedagogos e pedagogas. **Revista Sergipana de Educação Ambiental-REVISEA**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16065/11972>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FREISLEBEN, Alcimar P. **A Educação Ambiental na Perspectiva Dialética Materialista**. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V. 3, n. 2, p 100 - 112. agosto/dezembro. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4521639.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

FREITAS, Rafael A. de.; COELHO, Geide R. A Educação Ambiental no currículo de licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública estadual. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo: v. 18, n. 1, p. 398-411, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13634/10371>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GARCIA, Valquiria; MARTINEZ, Rogério; GARCIA, Wanessa. **Geografia: SuperAção 9º ano**. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/colecao/fundamental-2/geografia/superacao-geografia/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GUERRA, Antonio F. S.; FIGUEIREDO, Mara L. **Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bsyxRQHhJsgJfWcBCSYLbx/?format=pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

GUIMARÃES, Aquiles C. Aproximação aos conceitos básicos da Fenomenologia. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-151, abr./set.2013. Disponível em: https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/aproximacao_aos_conceitos_basicos.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

GIL, Antonio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOODSON, Ivor E. **A Construção Social do Currículo**. Artes Gráficas, Ltda. Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/1construcao_social_do_curriculo.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

GOMES, Luís A.; BRASILEIRO, Tânia S. A.; CAEIRO, Sandra Sofia F. da. **S. Educação ambiental e educação superior: uma revisão sistemática da literatura**. Brazilian Journal of Development, Curitiba: v. 6, n. 10, p. 75575-75592, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17852/14461>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GREGORIO, Aline de.; PASSOS, Marinez M.; JÚNIOR, Álvaro L. Encontro Paranaense De Educação Ambiental (2011-2019): tendências e perspectivas para a formação de professores em educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURG**, v. 38, n. 1, p. 290-314, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/12308/8696>. Acesso em: 24 jun. 2025.

HOLMER, Almuiña H. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo**. Salvador: UFBA, Instituto de Biologia; Superintendência de Educação a Distância, 2020. 67 p.

HOLANDA, Gerda de S.; FARIAS, Isabel M. S. de. Estratégia da Triangulação: uma incursão conceitual. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**: Blumenau, v. 15, n. 4, p. 1150-1166, out./dez., 2020. Disponível em:

<https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/download/8129/4798>. Acesso em: 16 jun. 2025.

HORNBURG, Nice; SILVA, Rubia da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, vol. 3 n. 10, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://rhemaeducacao.com.br/downloads/material-turma/b16e9444d57f89c5827b9ced938ac840.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

JUNIOR, Eduardo B. L. et al. Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356/1451>. Acesso em: 17 jun. 2025.

JUNIOR, Elio J. H.; MOREIRA, Ana Lúcia O. R. A Educação Ambiental nas licenciaturas: uma análise curricular em uma instituição de ensino superior pública do Paraná. **Ambiente & Educação**, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8330/6240>. Acesso em: 25 jun. 2025.

KITZMANN, Dione S.; ASMUS, Milton L. **Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268033885_AMBIENTALIZACAO_SISTEMICA_-_DO_CURRICULO_AO_SOCIOAMBIENTE_1. Acesso em: 03 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

KRZYSCZAK, Fabio R. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. **Revista de Educação do IDEAU – REI**, v. 11, nº. 23, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268033885_AMBIENTALIZACAO_SISTEMICA_-_DO_CURRICULO_AO_SOCIOAMBIENTE_1. Acesso em: 24 jul. 2025.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo F. C. **As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira**. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LAYRARGUES, Philippe P. Do ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: evolução de um conceito? In: LEROY, Jean-Pierre. **Desenvolvimento Sustentável**. Revista Proposta, Rio de Janeiro, 1977. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://fase.org.br/wp-content/uploads/1997/02/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-n-71-1997-02.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

LAYRARGUES, Philippe P. Para onde vai a Educação Ambiental? o cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, nº 14, ago./dez. 2012.

Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://portal.unemat.br/media/oldfiles/ppgca/docs/para_oude_vai_a_educacao_ambiental_o_cenario.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

LIMA, Antonio B. M. **Ensaaios sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilhéus, BA: Editus, 2014. 126 p.

LOPES, Alice C. MACEDO, Elisabeth. **Currículo**: debates contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em:

https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/7d9a6563058f4e49abd51903b75e03aa?access_token=b44a17d6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5. Acesso em: 01 ago. 2025.

LOPES, Teoffillo da S.; ABÍLIO, Francisco José P. A Educação Ambiental na formação do pedagogo: a dimensão ambiental no curso de licenciatura plena em Pedagogia da UFPB-João Pessoa. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande: v. 36, n. 2, p. 296-318, mai./ago. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9130/5925>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LOUREIRO, Carlos F. B. Educação Ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe P. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: 2004, p. 65-84. Disponível em:

<https://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/identidades-da-educacao-ambiental-brasileira.pdf#page=67>. Acesso em: 02 jul. 2024.

LOUREIRO, Carlos. Frederico. B. **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. Disponível em: https://guilhardes.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/08/cidadania_e_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: http://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

MATARAZZO, Waverli Maia; VAZ Suzana. **Alfabetização Ecológica**. São Paulo: Instituto Conhecimento Liberta, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://earthcharter.org/wp-content/uploads/2023/11/alfabetizacao-ecologica.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

MELLO, Soraia S. de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental, UNESCO, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MOTIN, Sirlene D.; et al. Educação Ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 24, p. 81-102, 2019. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1219/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NUNES, Dasy Daiane C. Presença da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Científica FESA**, 2024, v. 3, n. 14, p. 34-46. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/379/355>. Acesso em: 26 jun. 2025.

OLIVEIRA, Helen F. F. de. et al. Educação Ambiental no Ensino Superior: uma análise do currículo do curso de Pedagogia em uma universidade federal de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo: v. 17, n. 5, p. 23-32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13942/10028>. Acesso em: 25 jun. 2025.

OLIVEIRA, Flávio L. de.; CAVALCANTE, Lívia Poliana S.; TELES, Maiane L. Ambientalização Curricular: análise crítica dos Projetos Pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8655/7756>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ildoana.; MAZZARINO, Jane.; LIMA, Lucia C. de. Ambientalização no Ensino Superior: Análise Integrativa de Publicações na Área da Saúde. **Revista Internacional de Educação Superior**, São Paulo: v. 11, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8668055/32109>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ORSI, Raquel F. M.; **Ambientalização curricular**: um diálogo necessário na educação superior, X ANPED Sul, Florianópolis, 2014.

ORLANDO, Ricardo S. Análise dos currículos e práticas de Educação Ambiental dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de São Paulo. **Revbea**, São Paulo: v. 18, n. 3, p. 431-450, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14272/10535>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PEREIRA, Francielle A. Educação ambiental e interdisciplinaridade: avanços e retrocessos. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 2, p. 575-594, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/27441>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PINHEIRO, Geslani C. G. **Teoria curricular crítica e pós-crítica: uma perspectiva para a formação inicial de professores para a educação básica**. *Analecta*, Guarapuava, Paraná, v.10 n. 2 p. 11-25 jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/viewFile/2096/1799>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PIRES, Elocir A. C.; et al. Reflexões sobre a Educação Ambiental quanto a formação do professor pedagogo no contexto de pandemia: contribuições para o fortalecimento da justiça social e ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 456-455, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10866/7876>. Acesso em: 26 jun. 2025.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Jéssica R. da S.; CUNHA, Kátia S.; SANTOS, Leonardo da S. Teoria Curricular e Política Curricular: apostando no compromisso político com a alteridade. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/63837/36139>. Acesso em: 16 jun. 2025.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/23e39ac2c1674cdaa2931031c2b323cc?access_token=b44a17d6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5. Acesso em: 10 ago. 2025.

REIS, Marília F. C. T. **O método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa em Educação**. *Rev. Simbio-Logias*, V. 12, Nr. 17 – 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2024.

Ribeiro, J. A. G., y Cavassan. **Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados**. *Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias*. Vol. 8, núm. 2, São Paulo, julho/dezembro de 2013, p. 61-76. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149/6768>. Acesso em: 05 jul. 2024.

RIBEIRO, Maria Célia S. A.; GOMES, Maria Margarida P. L. **Ambientalização Curricular em Pesquisas do Período 2013-2018**. IX Encontro Regional de Ensino de Biologia - RJ/ES, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

RIBEIRO, Márden de P.; ZANARDI, Teodoro A. C. **O Tecnicismo na Teoria Curricular: Percepções de um grupo focal de um curso de Pedagogia**. Espaço do Currículo, v.9, n.1, p. 121-133, janeiro a abril de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2016.v9i1.121133/15335>. Acesso em: 02 jul. 2024.

RINK, Juliana; NETO, Jorge M. Ambientalização curricular na educação superior: características e tendências de dissertações e teses brasileiras (1987-2009). **ACTIO Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12293/7690>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RIVOLI, Maria A. da S.; STANO, Rita de Cássia M. T.; SANTOS, Janaina R. dos. A temática ambiental na formação de pedagogos: perspectiva freireana nos documentos oficiais. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/16602/12611>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Maria C. F.; AMORIM, Raul R.; SILVA, Vinicius de A. **Instrumentação e didática em Educação Ambiental**: experiências em cursos de Graduação e Pós-Graduação na região sul do Estado da Bahia (Brasil). Revista Geográfica De América Central, 2(47E), 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2797>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SANTOS, Leandro dos; SUDBRACK, Edite Maria; SOUSA, Carlos Erick B. Formação inicial em Pedagogia e Educação Ambiental: uma abordagem histórico-crítica do currículo. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas: v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4496/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Marynara C.; MODESTO, Mônica A. ercepção da Educação Ambiental em currículos de licenciatura: implicações para a formação docente na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Sergipana de Educação Ambiental-REVISEA**, São Cristovão, Sergipe: v. 8, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16629/12838>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SARMENTO, Hugo; SAAVEDRA, Néstor O.; ROSADO, António. **Revisão Sistemática da Literatura**. Mossoró, RN: Edições UERN, 2024. Disponível em: <https://portal.uern.br/wp-content/uploads/sites/14/2024/06/E-book-Revisao-Sistematica-da-Literatura.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SAUVE, L. **Courants et modèles d'interventions en éducation relative à l'environnement**. Module 5. Programme d'études supérieures – Formation en éducation relative à l'environnement – Francophonie internationale. Montréal: Les Publications ERE-UQAM, Université du Québec à Montréal – Collectif ERE-Francophonie, 2003. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:ec78ccc6-8b6d-4c2d-b1b9-360f87b00376>. Acesso em: 12 ago. 2025.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. de M.; GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SILVA, Amanda Carina L. e.; BALDIN, Nelma. Ambientalização Curricular do Ensino Superior na Universidade de Joinville – Univille: os cursos de Licenciatura e Direito. **Contexto & Educação**: Santa Catarina, n. 107, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6818>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, Alexsandro F. de S.; BASTOS, Adson dos S.; PINHO, Maria José S. Educação Ambiental e sustentabilidade nos cursos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia - Campus VII. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo: v. 16, n. 3, p. 362-376, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10847/8559>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, Cristina Elisabete P. N. da S.; et al. **A Educação Ambiental e as Macrotendências: uma análise nos periódicos da capes entre 2016 e 2021**. III Sustentare – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcajpcgclefindmkaj/https://www.sustentarewipis.com.br/wp-content/uploads/artigos/2021/440668.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

SILVA, Fabrícia S. da.; et al. Práticas de sensibilização ambiental na formação do pedagogo: um relato de experiência. **Revista REAMEC**, Cuiabá: v. 8, n. 2, p. 438-454, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/10006/pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, Jovânia M. de O.; LOPES, Regina L. M. DINIZ, Normélia M. F. **Fenomenologia**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/7y7W8mcJns5c4TY4hgGBqWg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SILVA, Patrícia de O. R.; SILVA, Giovana N. Educação ambiental no ensino de uma universidade pública do estado do Paraná: reflexões a partir da abordagem quantitativa. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação**

em Educação Ambiental-FURG. v. 39, n. 2, p. 106-125, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13925/9792>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. 9º reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultura e Educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUSA, Angélica S.; OLIVEIRA, Guilherme S. de; ALVES, Laís H. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://share.google/9kNJAi4tJv3xVNTeC>. Acesso em: 04 nov. 2025.

SOUZA, Bárbara R.; BORGES, Verônica. Currículo: disputas pela estabilização de um conhecimento “necessário, válido e útil”. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LkzwzbGr5v5NH8THrFyhZ8B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Kellcia R.; KERBAUY, Maria, T. M. **Abordagem quanti-qualitativa**: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. issn 0102-6801. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/educfil/v31n61/1982-596X-educfil-31-61-21.pdf>. Acesso em: 21 de abr. 2024.

TEIXEIRA, Gislânya S.; et al. O silêncio sobre a Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia das Universidades Federais do Brasil. **Acta Brasiliensis**, p. 74-78, 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/actabra/index.php/actabra/article/view/197/70>. Acesso em: 26 jun. 2025.

TREIN, Eunice S. **A Educação Ambiental Crítica**: crítica de que? *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1673/1522/2847>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo**: o que é e por que é importante? *Cadernos de Pesquisa*, v. 44 n. 151 p. 190-202, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

VERCIANO, Maralice C. **O difícil trajeto da educação ambiental no Brasil:** o que muda com a Lei nº 14.926/24. EDEUAM – Universidade do Salento- Lecce – Itália, ago. 2024, Disponível em: <https://www.projektoruptura.org/post/o-dif%C3%ADcil-trajeto-da-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-no-brasil-o-que-muda-com-a-lei-n%C2%BA-14-926-24>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ANEXOS

Anexo I

Quadro 01. Relação de trabalhos encontrados e selecionados com a temática ambientalização curricular.

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	10	0
2	2020	9	2
3	2021	4	0
4	2022	6	0
5	2023	5	0
6	2024	6	0
Total de artigos		40	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 02. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Ambientalização Curricular: análise crítica dos projetos pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores	Flávio Lourenço de Oliveira Lívia Poliana Santana Cavalcante Maiane Lima Teles	2020	Crise ambiental; sustentabilidade; interdisciplinaridade.	https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8655/7756
Educação Ambiental e Educação Superior: uma Revisão Sistemática da Literatura	Luís Alípio Gomes Tânia Suely Azevedo Brasileiro Sandra Sofia	2020	Educação superior; sustentabilidade; ambientalização curricular.	https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17852/14461

	Ferreira da Silva Caeiro			
--	--------------------------	--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 03. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND ensino superior).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	5	1
2	2020	3	1
3	2021	2	0
4	2022	4	0
5	2023	2	0
6	2024	1	0
Total de artigos		17	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 04. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND ensino superior relacionados com o curso de Pedagogia).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Ambientalização Curricular do Ensino Superior na Universidade da região de Joinville – Univille: os cursos de licenciatura e Direito	Amanda Carina Leal e Silva Nelma Baldin	2019	Crise ambiental; Sustentabilidade; Interdisciplinaridade.	https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6818
Ambientalização curricular no ensino superior: uma revisão integrativa da literatura	Ceyça Lia Palerosi Borges Leticia da Costa e Silva	2020	Desenvolvimento sustentável; ensino superior; ambientalização curricular; revisão integrativa.	https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9734/8697

	Irene Carniatto			
--	-----------------	--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 05. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND currículo).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	4	0
2	2020	5	0
3	2021	2	0
4	2022	2	0
5	2023	2	0
6	2024	2	0
Total de artigos		17	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 06. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND educação ambiental).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	6	0
2	2020	7	0
3	2021	3	1
4	2022	5	0
5	2023	4	0
6	2024	5	0
Total de artigos		30	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 07. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND educação ambiental).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
------	-------	-----	----------------	---------------------

Educação Ambiental na Universidade: um estudo sobre a presença de Indicadores de Ambientalização Curricular em cursos de formação de professores	Gabriela Araujo Correia Regina Azevedo Arana	2021	Ensino; temática ambiental; formação de professores.	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/38812
--	---	------	--	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 08. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND curso pedagogia).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	1	0
2	2020	1	0
3	2021	0	0
4	2022	0	0
5	2023	0	0
6	2024	0	0
Total de artigos		2	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 09. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND curso pedagogia).

TEMA	AUTOR	ANO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 10. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND educação ambiental AND pedagogia).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	1	0
2	2020	1	0
3	2021	0	0

4	2022	0	0
5	2023	0	0
6	2024	0	0
Total de artigos		2	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 11. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular AND educação ambiental AND pedagogia).

TEMA	AUTOR	ANO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 12. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND currículo).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	43	0
2	2020	70	0
3	2021	63	3
4	2022	61	1
5	2023	56	2
6	2024	50	2
Total de artigos		343	10

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 13. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND currículo).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Percepção da Educação Ambiental em currículos de licenciatura: implicações para a formação docente na Universidade Federal de Sergipe	Marynara Costa Santos Mônica Andrade Modesto	2021	Currículo; educação ambiental; formação docente.	https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16629/12838

Educação Ambiental e sustentabilidade nos cursos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia -Campus VII	Alexsandro Ferreira de Souza Silva Adson dos Santos Bastos Maria José Souza Pinho	2021	Educação; currículo; formação de professores	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10847/8559
A dimensão ambiental na Proposta Pedagógico-Curricular para a formação de pedagogos e pedagogas	Cássia Machado Ribeiro Dantas Maria Inêz Oliveira Araújo	2021	Educação Ambiental. Formação inicial. Pedagogia	https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16065/11972
Educação Ambiental no ensino superior: uma análise do currículo do curso de Pedagogia em uma universidade federal de Minas Gerais	Helen Freitas Ferraz de Oliveira Alessandro Medeiros Pedro Ricardo Silva Andrade Vinícius José Silva Barbosa Moreira Luciana Botezelli Adriana Maria Imperador	2022	Educação ambiental; responsabilidade socioambiental; ensino superior; pedagogia.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13942/10028
A Educação Ambiental no currículo de licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública estadual	Rafael Almeida de Freitas Geide Rosa Coelho	2023	Educação ambiental; documento curricular; formação Inicial de professores; pedagogia.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13634/10371

Educação ambiental na formação de pedagogos: uma análise curricular em instituições no Maranhão, Brasil	Jociel Ferreira Costa Maria de Fatima Sousa Silva Georgianna Silva dos Santos	2023	Educação ambiental; Pedagogia; anos iniciais.	https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/4135/3090
Presença da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem	Dasy Daiane Caetano Nunes	2024	Aprendizagem; educação ambiental; ensino.	https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/379/355
A formação em Pedagogia e Engenharia Sanitária e Ambiental na Amazônia para uma agenda global ambiental: o caso da UFPA	Elidiane do Socorro Souza de Assis Patrícia Alves Tavares Maria Ludetana Araujo Iza Fonseca Batista	2024	UFPA; formação em pedagogia; engenharia sanitária e ambiental; educação ambiental.	https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7707/4903

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 14. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND ensino superior).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	42	2
2	2020	62	1
3	2021	50	0
4	2022	46	1
5	2023	44	0
6	2024	32	0
Total de artigos		276	4

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 15. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND ensino superior).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Educação Ambiental na formação inicial docente: um mapeamento das pesquisas brasileiras em teses e dissertações	Sirlene Donaiski Motin Raquel Maistrovicz Tomé Gonçalves Dircelia Maria Soares de Oliveira Cassins Daniele Saheb	2019	Educação ambiental; Formação inicial docente; Licenciaturas.	https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/1219/pdf
Educação Ambiental e sustentabilidade e na universidade: um estudo das licenciaturas em uma instituição de ensino superior no estado de São Paulo	Laura Leite de Carvalho Ismail Barra Nova de Melo Ivan Fortunato	2019	Instituição do Ensino Superior; Educação Ambiental; Sustentabilidade.	https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/56007/35461
Reflexões sobre a Educação Ambiental quanto a formação do professor pedagogo no contexto de pandemia: contribuições para o fortalecimento da justiça social e ambiental	Elocir Aparecida Corrêa Pires Eliane Picão da Silva Costa Fabiane Pacanhela-Borges Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira	2020	Formação de Professores; ensino fundamental dos anos iniciais; coronavírus; interdisciplinaridade.	https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10866/7876

Análise da Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas do estado do Rio Grande do Norte	Letícia Gabriele da Silva Bezerra, Júlia Rélene de Freitas Rodrigues	2022	Educação; ensino superior; formação profissional; meio ambiente	https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/66614/46588
---	---	------	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 16. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND curso pedagogia).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	9	2
2	2020	9	1
3	2021	11	3
4	2022	7	1
5	2023	7	
6	2024	5	
Total de artigos		48	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 17. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (educação ambiental AND curso pedagogia).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
O silêncio sobre a Educação Ambiental nos cursos de Pedagogia das Universidades Federais do Brasil	Gislânya Santos Teixeira Hellen Lourdes Ramos Marques Rosemeire da Silva Dantas Oliveira	2019	Capacitação docente; currículo acadêmico; graduação; meio ambiente.	http://revistas.ufcg.edu.br/actabra/index.php/actabra/article/view/197/70

	Whendel Cezar Silva de Couto			
	Elton Casado Fireman			
A Educação Ambiental na formação do pedagogo: a dimensão ambiental no curso de licenciatura plena em Pedagogia da UFPB-João Pessoa	Theoffillo da Silva Lopes Francisco José Pegado Abílio	2019	Educação Ambiental; formação do pedagogo; meio ambiente.	https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9130/5925
Formação inicial em Pedagogia e educação ambiental: uma abordagem histórico-crítica do currículo	Leandro dos Santos Edite Maria Sudbrack Carlos Erick Brito de Sousa	2019	Educação Ambiental; licenciatura; Pedagogia histórico-crítica; Currículo.	https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/articled/view/4496/pdf
Práticas de sensibilização ambiental na formação do pedagogo: um relato de experiência	Fabrcia Souza da Silva Lindalva Sâmela Jacaúna de Oliveira Augusto Fachín Terán Ailton Cavalcante Machado	2020	Educação ambiental; sensibilização ambiental; formação do Pedagogo.	https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/10006/pdf
A abordagem do tema Educação Ambiental nos trabalhos de	Caroline Almeida de Andrade	2021	Educação ambiental; trabalho de conclusão de curso; formação docente.	https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31725/23294

conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia				
O panorama da Educação Ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará	Marcilene Calandrine de Avelar	2021	UFPA; educação ambiental; curso de pedagogia.	https://www-periodicos-capes-gov-br.ez86.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busca?task=detalhes&source=all&id=W3158284049
A temática ambiental na formação de pedagogos: perspectiva freireana nos documentos oficiais	Maria Auxiliadora da Silva Rivoli Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano Janaina Roberta dos Santos	2022	Temática ambiental; documentos oficiais de formação docente; pedagogia.	https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/16602/12611

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 18. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (pedagogia AND currículo AND educação ambiental).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	4	0
2	2020	4	0
3	2021	4	0
4	2022	6	0
5	2023	6	0
6	2024	2	0
Total de artigos		26	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 19. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (pedagogia AND currículo AND educação ambiental).

TEMA	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 20. Relação de trabalhos encontrados e selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular OR educação ambiental AND curso pedagogia).

Nº	ANO	Nº. DE TRABALHOS ENCONTRADOS	Nº. DE TRABALHOS SELECIONADOS
1	2019	1	0
2	2020	1	1
3	2021	0	0
4	2022	0	0
5	2023	0	0
6	2024	0	0
Total de artigos		2	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.

Quadro 21. Relação de trabalhos selecionados de acordo a pesquisa: (ambientalização curricular OR educação ambiental AND curso pedagogia).

TEMA	AUTOR	ANO	PALAVRAS-CHAVE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Ambientalização curricular na educação superior: características e tendências de dissertações e teses brasileiras (1987-2009)	Juliana Rink Jorge Megid Neto	2020	Ambientalização curricular; pesquisa educacional; educação superior; educação ambiental.	https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12293/7690

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Autor: Elaborado pela autora.